



SEGUROS DE VIDA



**RELATÓRIO E CONTAS
AEGON SANTANDER
PORTUGAL VIDA**

2015



Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Rua da Mesquita, nº 6, 1070-238 Lisboa

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 513 251 944

Capital Social: 7.500.000 €



RELATÓRIO E CONTAS **AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA** 2015

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.



Índice

01

Relatório do Conselho de Administração	04
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado	07
Governança da Sociedade	08
_ Estrutura e modelo de governo	08
_ Estrutura Acionista	09
_ Órgãos Sociais	09
_ Código de conduta	10
_ Política de remunerações	10
Enquadramento da atividade	11
_ Cenário Macroeconómico	11
_ Mercado de Seguros em Portugal	22
Análise de gestão	25
_ Sistemas de informação	25
_ Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno	25
_ Síntese de indicadores	26
_ Gestão de ativos	26
_ Custos e gastos por natureza a imputar	27
_ Recursos humanos e formação	27
_ Atividade comercial	28
_ Capital Próprio e Margem de Solvência	28
Perspetivas para 2016	28
Proposta de aplicação de resultados	29
Nota final	29

02

A. Demonstrações Financeiras e Anexo	33
B. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	83
C. Certificação Legal de Contas	87



01

**Relatório do Conselho
de Administração**

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

Governança da Sociedade

- _ Estrutura e modelo de governo
- _ Estrutura Acionista
- _ Órgãos Sociais
- _ Código de conduta
- _ Política de remunerações

Enquadramento de atividade

- _ Cenário macroeconómico
- _ Mercado de Seguros em Portugal

Análise de gestão

- _ Sistemas de informação
- _ Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno
- _ Síntese de indicadores
- _ Gestão de ativos
- _ Custos e gastos por natureza a imputar
- _ Recursos humanos e formação
- _ Atividade comercial
- _ Capital Próprio e Margem de Solvência

Perspetivas para 2016

Proposta de aplicação de resultados

Nota final

01

Relatório do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

O ano de 2015 fica marcado como o primeiro ano de atividade da aliança entre o Grupo Santander e o Grupo Aegon, dando continuidade em Portugal a uma parceria estratégica iniciada em 2012 em Espanha.

Esta parceria surge com o objetivo de reforçar a especialização em produtos de Seguros do Grupo Aegon, aliada à reconhecida capacidade de distribuição do Santander, permitindo um aumento claro de soluções de seguros disponibilizadas à base de clientes.

A materialização desta aliança traduziu-se na criação de duas novas sociedades anónimas de direito português (uma do ramo vida e outra do ramo não vida), criadas, na dependência da Santander Totta Seguros e, na conseqüente venda de uma participação de 51% nas mesmas à Aegon Spain Holding B.V., assegurando o controlo conjunto nos acordos parassociais celebrados. As novas sociedades assinaram, também em 31 de dezembro de 2014 para os respetivos ramos, contratos de distribuição a 25 anos com a rede do Banco Santander Totta.

A Aegon Santander Portugal Vida apresenta-se, assim, como um projeto gerador de valor não só para os seus Acionistas, como também para os seus clientes, que desta forma terão acesso a uma oferta alargada de produtos, a um preço competitivo, sem que tal prejudique a sua rentabilidade técnica e global.

Assente nesta estrutura, 2015 foi o primeiro ano de atividade operacional da Companhia, oferecendo aos seus clientes uma gama de soluções de proteção de riscos de vida e invalidez, mas também disponibilizando um conjunto alargado de coberturas complementares.

Usando a experiência acumulada dos seus Acionistas para criar vantagens competitivas, a atividade foi guiada pela estratégia de crescimento e por um conjunto claro de prioridades, com o objetivo último de proteger os seus clientes.

Em 2015, deu-se a implementação da estratégia definida e uma grande ênfase nas áreas de maior impacto: (1) foco nos clientes; e (2) eficiência na organização interna. Nesse sentido, os primeiros 12 meses de atividade implicaram a definição de como melhor servir os seus clientes, bem como toda a montagem das operações para dar cumprimento a todas as suas outras responsabilidades.

A Aegon Santander Portugal Vida encerra o seu primeiro ano de atividade com um volume de prémios emitidos de 54 milhões de Euros e um resultado líquido de 3 milhões de Euros. Salienta-se igualmente um aumento de ativos de cerca de 21 milhões de Euros, representando um aumento de 32% face a 2014.

Os resultados obtidos estão dentro dos objetivos de performance de médio prazo e em linha com a criação sustentável de valor para os Acionistas no longo prazo.

Estes resultados são igualmente o reflexo da forma diferenciada de como os colaboradores pensam, agem e trabalham em conjunto. Com a realidade a mudar constante e rapidamente, esta molda a forma como a Companhia conduz as suas operações e o seu negócio. As alterações de circunstância estão incluídas no planeamento da atividade e este foi um fator decisivo que permitiu à Companhia tomar medidas e ações sempre que necessário, adaptando-se rapidamente a um mundo em constante mutação.

O exercício foi igualmente marcado pela resposta positiva dada pela Companhia à complexidade e exigência associadas à implementação dos requisitos do regime de Solvência II, em linha com o exigido pela legislação europeia e transposto para o direito interno, em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

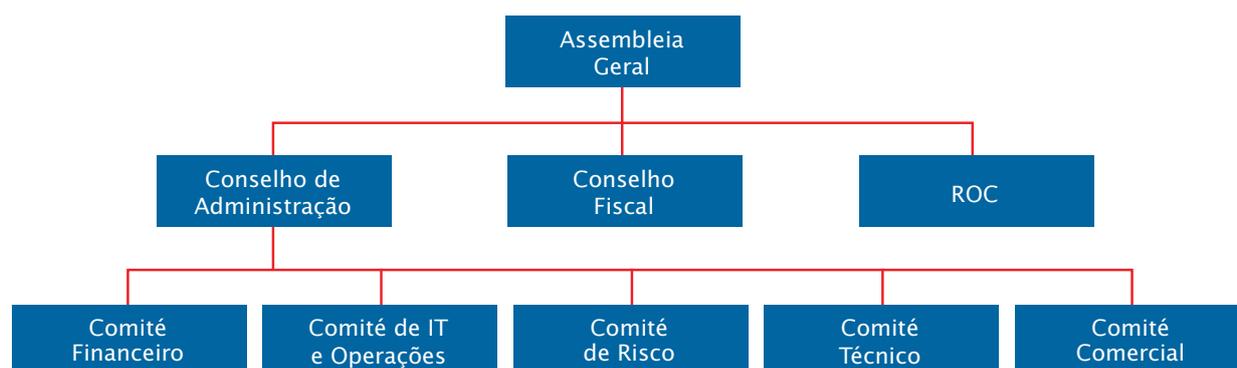
Jaime Kirkpatrick
Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio
Administrador Delegado

GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

Estrutura e modelo de governo

O quadro seguinte apresenta a estrutura de governo da Companhia, e a respetiva repartição de responsabilidades entre os diversos órgãos que a compõem:



A Assembleia Geral de Acionistas, que reúne periodicamente, tem por principais competências proceder à aprovação dos órgãos sociais, deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a distribuição de resultados.

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Sociedade. Na sua gestão regular, a estrutura da Companhia integra ainda cinco Direções e cinco Comitês que funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre os Acionistas. Estes comitês são constituídos por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. Compete-lhes analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração.

Ao Comité Técnico compete apresentar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e pricing, à análise técnica dos processos de subscrição e sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do Business Plan.

Por sua vez, o Comité de Risco tem como principais responsabilidades avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidas, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados os diferentes temas referentes à conformidade.

O Comité Comercial deve apresentar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no Business Plan da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o Business Plan para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos.

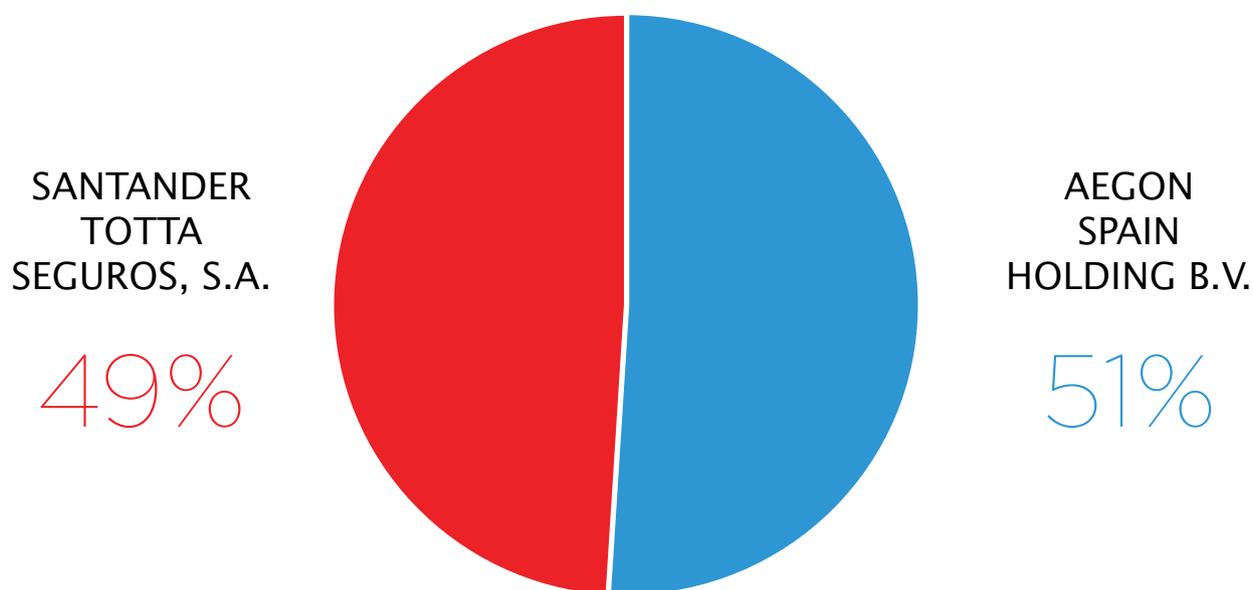
Relativamente ao Comité Financeiro, prevê-se a apresentação de relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento e nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria.

Por último, ao Comité de IT e Operações compete-lhe apresentar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comitês.

Relativamente ao Conselho Fiscal, compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração.

O Revisor Oficial de Contas permite assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Cabe-lhe a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo após a revisão ou auditoria de contas uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia.

Estrutura Acionista



Órgãos Sociais

Assembleia Geral

- António Miguel Terra da Motta - Presidente
- Alexandre Jardim - Secretário

Conselho de Administração

- Jaime Kirkpatrick de la Vega - Presidente
- José Manuel Alves Elias da Costa – Vice-presidente
- Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio – Administrador Delegado
- Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva
- Oscar Villoslada Montpart
- Saúl González Pérez
- Tomás Alfaro Uriarte
- Maria Katia Rubio Munõz

O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez por trimestre e sempre que a atividade o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate.

Conselho Fiscal

- José Duarte Assunção Dias - Presidente
- António Baia Engana - Vogal
- Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço – Vogal
- José Luís Areal Alves da Cunha - Suplente

Revisor Oficial de Contas

- Carlos Manuel Sim Sim Maia e José Manuel Henriques Bernardo, em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Código de conduta

A Companhia dispõe de um código de conduta que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, encontrando-se publicado numa área comum, acessível a todos os colaboradores.

Os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege encontram-se definidos no código de conduta:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

Foi realizada uma ação de sensibilização referente aos princípios refletidos no código com o objetivo de divulgação dos mesmos e que teve como destinatários todos os colaboradores da Companhia.

Política de remunerações

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios insitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade foi apreciada e aprovada pela Assembleia Geral.

A referida política tem como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor;
- Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

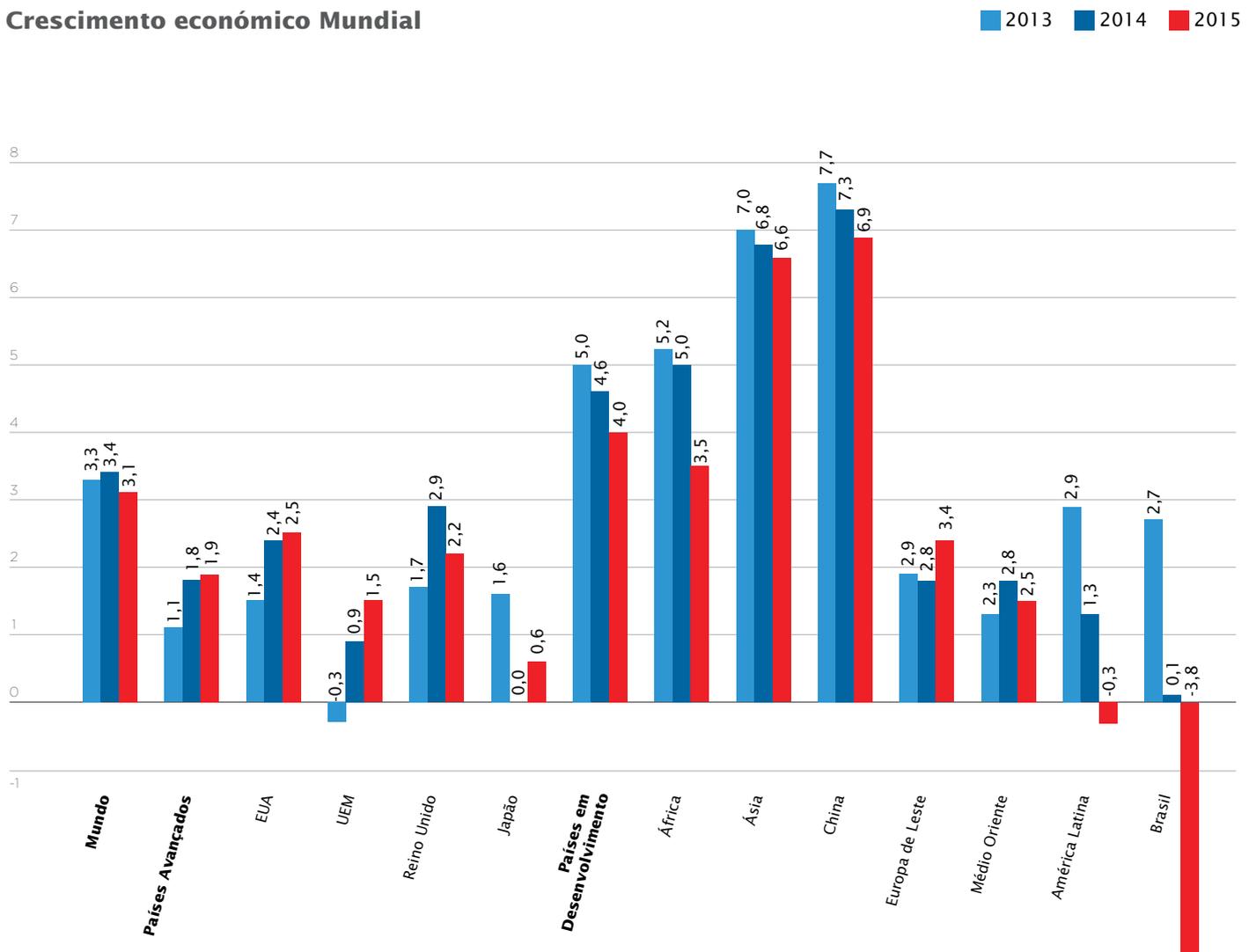
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

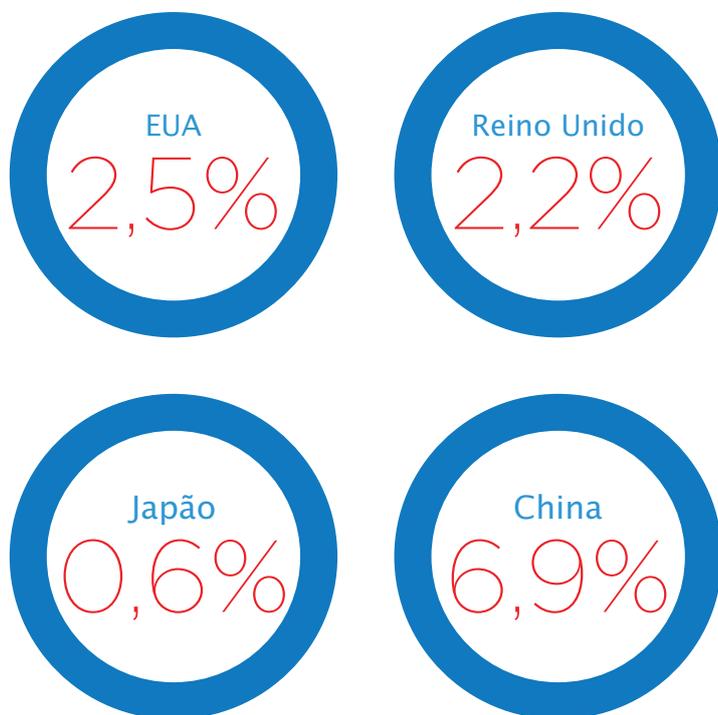
Cenário Macroeconómico

A economia mundial, em 2015, desacelerou face ao ano anterior, com um crescimento previsto apenas marginalmente acima de 3%, o ritmo mais lento desde a Grande Recessão. À semelhança do ano transato, a desaceleração resultou sobretudo da deterioração das condições económicas nas economias emergentes, não sem efeitos de contágio às economias desenvolvidas, em especial as que têm maiores volumes de comércio mundial com a China, como os EUA e o Japão.

A necessidade de ajustamento económico nas economias emergentes, para corrigir desequilíbrios gerados, no modelo de crescimento ou ao nível das contas públicas, e a descida dos preços das matérias-primas são alguns fatores de risco considerados pelo FMI nas suas projeções de janeiro de 2016.

Crescimento económico Mundial





EUA

Nos EUA, a dinâmica de crescimento caracterizou-se por alguma volatilidade, com um ritmo de expansão mais lento nos primeiro e quarto trimestres, afetado inicialmente por condições climatéricas adversas, e posteriormente pela dinâmica do investimento. A redução do preço do petróleo, que caiu já em 2016 para mínimos desde 2003, abaixo dos 30 dólares por barril, afetou o investimento em fontes alternativas de crude, como o petróleo e gás de xisto.

Apesar da volatilidade gerada pela evolução destas componentes da procura agregada, o consumo privado manteve um crescimento sustentado, apoiado pela descida da taxa de desemprego para 5,0%, o nível mais baixo desde 2007.

A Reserva Federal dos EUA iniciou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em dezembro, com a subida da taxa dos Fed funds para 0,25%, depois de, em setembro, ter mantido a política monetária inalterada, na sequência da maior volatilidade dos mercados Acionistas observada durante o Verão. Esta foi a primeira subida das taxas de juro de referência desde 2008, e concretizou o primeiro ciclo de subida de taxas desde 2006.

No entanto, e reconhecendo os riscos latentes, a Reserva Federal: (i) decidiu utilizar a remuneração das reservas excedentárias detidas pelo setor bancário junto da FED como instrumento de normalização gradual da política monetária; e (ii) sinalizou que o ritmo de subida de taxas de juro continuaria dependente da evolução dos principais indicadores económicos.

Reino Unido

No Reino Unido, o crescimento económico desacelerou em 2015, fruto de um contributo mais negativo das exportações líquidas, refletindo o maior dinamismo do consumo privado e do investimento empresarial (que se refletiu sobre as importações) e a apreciação cambial, em especial face ao euro (quase 10%, em média anual).

O Banco de Inglaterra manteve o cariz expansionista da política monetária inalterado, apesar de alguns membros do Comité de Política Monetária terem, durante grande parte de 2015, defendido uma subida muito gradual das taxas de juro de referência. Contudo, a ausência de pressões inflacionistas suportou a decisão de não alteração.



Japão

No Japão, a atividade económica recuperou, após a estagnação registada em 2014, fruto de uma dinâmica mais favorável do consumo privado, assim como das exportações. O ritmo, contudo, continuou caracterizado por alguma volatilidade, associada ao processo de consolidação orçamental. O Banco do Japão manteve uma política monetária claramente expansionista, tendo anunciado uma extensão das maturidades da dívida pública a adquirir, assim como a possibilidade de aquisição de ETFs e REITs.

China

Na China, a desaceleração do crescimento económico, para 6,9% em 2015, alimentou expectativas de que esse processo pudesse ser mais pronunciado e a segunda maior economia mundial pudesse estar a caminhar para um cenário de “hard landing”, em especial porque alguns indicadores de curto prazo revelaram uma dinâmica mais adversa, na sua evolução face ao período homólogo. As autoridades adotaram um conjunto de medidas destinado a apoiar a recuperação, incluindo a descida das taxas de juro, proibição de venda por investidores institucionais e a intervenção nos mercados Acionistas, mas que não impediram uma forte correção do principal índice Acionista, que caiu cerca de 39% dos máximos de junho até ao início de outubro (após uma valorização de 48% desde o início de 2015 até ao pico de junho). No final do ano, o índice registava uma apreciação de 6% face ao nível do início do ano.

A principal medida adotada pelas autoridades foi a flexibilização da evolução cambial, que conduziu a uma desvalorização do yuan em 1,9%, que foi a mais pronunciada em 20 anos, no contexto da alteração do regime de indexação cambial, que passou a evoluir em linha com o mercado, e que antecedeu a decisão do FMI em incluir o yuan no cabaz de moedas que compõem os “Direitos de Saque Especial”, a unidade de conta do FMI.

Zona Euro

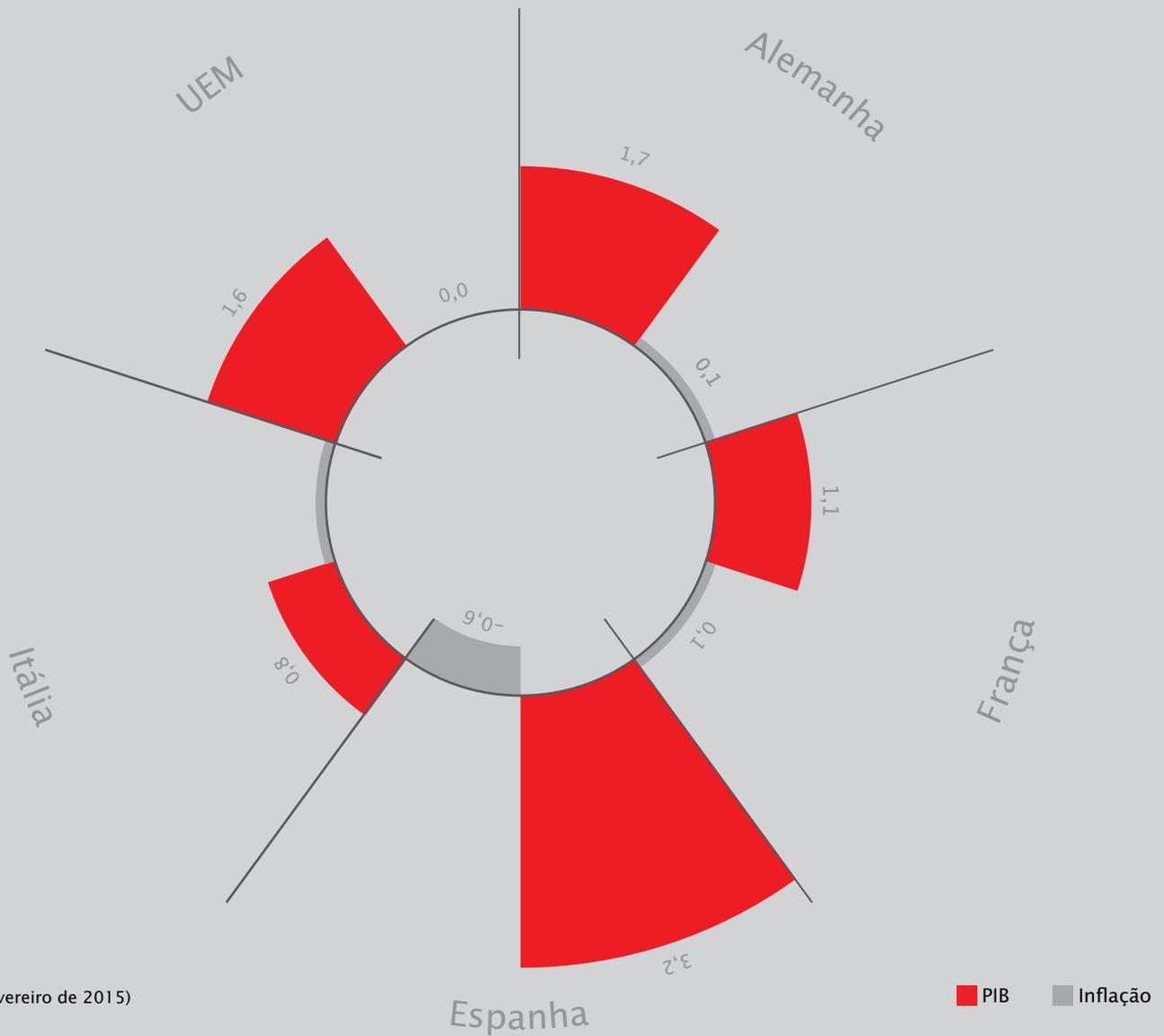
Na zona euro, o PIB acelerou, com um crescimento de 1,6% no conjunto do ano, ligeiramente acima das expectativas de início do ano, em que terá havido um efeito positivo da política monetária não-convencional do BCE, em especial ao nível da confiança económica.

Em janeiro de 2015, o BCE anunciou a terceira vertente do seu programa de aquisição de ativos financeiros, no âmbito do qual passou a adquirir dívida emitida por entidades públicas (nacionais e supranacionais), num montante global de 60 mil milhões de euros (incluindo os programas já em curso desde o final de 2014 de aquisição de obrigações hipotecárias e de securitizações de créditos).

Este programa, inicialmente previsto ser mantido até setembro de 2016, foi prolongado, em dezembro, até março de 2017, ao mesmo tempo que o BCE disse começar a ponderar adquirir novos tipos de ativos financeiros. Já em 2016, o BCE anunciou estarem em estudo novas formas de reforçar a política não-convencional. Até ao final de janeiro de 2016, o BCE adquiriu cerca de 700 mil milhões de euros de ativos, dos quais 600 mil milhões de dívida pública (e, destes, 11 mil milhões de dívida portuguesa).

A inflação, contudo, permaneceu claramente abaixo do objetivo do BCE, de “próximo, mas abaixo de 2,0%”, refletindo o “output gap” gerado durante a crise, o ajustamento estrutural em curso em alguns países, e os efeitos da descida do preço do petróleo. As medidas do BCE têm um impacto sobretudo ao nível das expectativas dos agentes económicos, no combate a expectativas deflacionistas.

Já em dezembro, e fruto de nova descida das expectativas de inflação, o BCE desceu a taxa de depósito para -0,3%, colocando nova pressão adicional sobre as taxas de juro de curto prazo, assim como sobre a taxa de câmbio do euro.



Fonte: CE (Fevereiro de 2015)

Apesar da melhor dinâmica económica em 2015, houve um conjunto de percalços, na sequência da crise das dívidas soberanas, que entrou numa nova fase, na Grécia, onde se realizaram duas eleições legislativas e um referendo, num contexto de deterioração das condições económicas e de elevada incerteza.

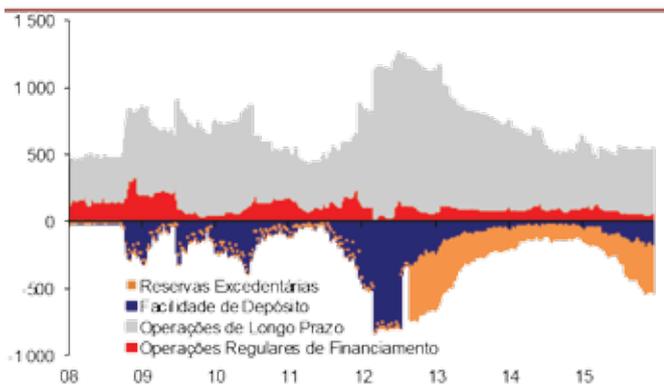
As primeiras eleições gerais, em janeiro, resultaram na vitória do Syriza, após o que se seguiu um período de negociações para extensão do anterior programa, o qual se prolongou até junho, sem que fosse alcançado um acordo. Nessa data, o Governo anunciou a realização de um referendo sobre as propostas das instituições europeias, que se realizou em 5 de julho. O quadro de elevada incerteza que se verificou durante o primeiro semestre do ano resultou num agravamento da atividade económica, que voltou a contrair, e as contas públicas anularam o excedente primário gerado nos últimos meses de 2014.

A convocação do referendo gerou uma deterioração do sentimento económico e um movimento de corrida aos bancos, que levou à imposição, pelo Governo, de controlos de capitais (encerramento temporário dos bancos e limites aos levantamentos bancários), para travar a saída de depósitos (nos primeiros seis meses do ano, os depósitos de privados reduziram-se em quase 40 mil milhões de euros).

Apesar de uma expressiva maioria a favor do “não” às propostas, o agravamento da situação de liquidez da economia levou o Governo a solicitar um terceiro programa de apoio. Esse pedido foi aceite na Cimeira do Euro de 12 de julho, num contexto político muito complexo, onde todos os cenários, incluindo o de saída temporária pela Grécia da zona euro, estiveram em aberto.

Espanha e Irlanda voltaram a ser duas das economias mais dinâmicas da zona euro, com crescimentos de 3,2% e 6,9%, respetivamente. Espanha realizou eleições gerais, em dezembro, que culminaram num Parlamento mais fragmentado, em que o PP voltou a ser o partido mais votado, mas sem possibilidade de formação de um governo sem um amplo apoio partidário.

Cedência de liquidez pelo BCE (€ bn)



Fonte: BCE

O programa de “quantitative easing” implementado pelo BCE, nas suas diferentes vertentes (aquisição de securitizações de créditos hipotecários, de obrigações hipotecárias e de dívida de entidades do setor público) materializou-se num aumento da liquidez excedentária na economia. Em simultâneo, o programa de operações direcionadas de prazo alargado (TLTRO, na sigla inglesa) conduziu a um aumento do prazo das operações de refinanciamento junto do BCE, em detrimento de uma redução das operações de refinanciamento de prazo regular (MRO).

Em consequência do aumento da liquidez excedentária, num contexto de taxa de depósito negativa (desde junho de 2014, tendo descido para -0,3% em dezembro de 2015), as taxas de juro de curto prazo foram progressivamente entrando em terreno negativo. No caso da taxa Euribor 3 meses isso ocorreu no final do primeiro trimestre, numa tendência que se manteria até ao final do ano.

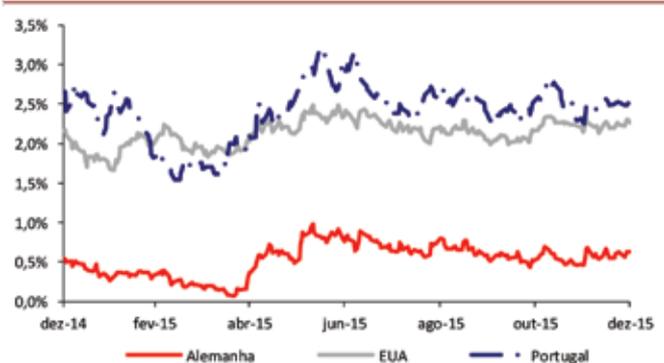
Ainda em 2015, também a taxa para o prazo dos 6 meses passaria a ser negativa.

Nos EUA, a Reserva Federal manteve sempre uma linha de discurso orientada para o início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que viria a concretizar apenas em dezembro. Em antecipação, mas em especial no quarto trimestre, assistiu-se a uma subida das taxas de juro de curto prazo, com a taxa Libor 3 meses a atingir 0,6% no final do ano.

As taxas de juro da libra esterlina caracterizaram-se por uma relativa estabilidade, já que o Comité de Política Monetária do Banco de Inglaterra votou sistematicamente pela manutenção das taxas de juro de referência nos mínimos históricos, fruto das reduzidas pressões inflacionistas, e apesar do forte crescimento económico.

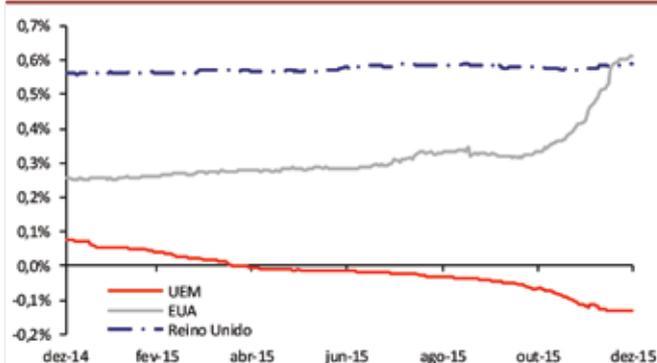
As taxas de juro de longo prazo, na zona euro, registaram uma tendência de descida durante os primeiros meses do ano, influenciadas pelo programa de aquisição de dívida pública implementado pelo BCE. A *yield* dos 10 anos reduziu-se para 0,1% na Alemanha e para 1,5% em Portugal, em abril, para posteriormente rever tendência. Em junho, as yields subiram para 1% na Alemanha e 3% em Portugal. Esta evolução refletiu dinâmicas distintas: por um lado um movimento generalizado de subida das taxas de juro de longo prazo, incluindo nos EUA; por outro lado, o agravamento da situação na Grécia, com o referendo ao programa de ajustamento e subsequente convocatória de eleições antecipadas, que conduziram ao agravamento dos spreads de crédito na Europa, em especial nos países ditos “periféricos”.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Efetivamente, os spreads de crédito soberano que tinham registado mínimos históricos durante o mês de março, quando o BCE iniciou o programa de aquisição de dívida pública, e começaram a subir durante o segundo trimestre, com um agravamento total de cerca de 100pb para Portugal e de cerca de 50pb para Espanha e Itália, refletindo os efeitos de contágio da deterioração da situação económica e financeira na Grécia.

No decurso do segundo semestre, o spread de Portugal estabilizaria abaixo de 200pb, mas com um aumento da volatilidade associada ao processo eleitoral.

Também em Espanha se assistiu, no segundo semestre, a uma descolagem dos níveis de spread observados para a Itália, com as perspetivas eleitorais (primeiro com a vitória do Podemos e seus aliados nas eleições locais de maio, depois com o “referendo” sobre a autodeterminação na Catalunha, em setembro, e posteriormente com as eleições gerais de dezembro) a influenciarem o sentimento dos investidores.

No mercado cambial, o euro continuou a depreciar face à generalidade das divisas, refletindo a maior divergência entre a política monetária do BCE e a dos principais bancos centrais dos países desenvolvidos. Com efeito, o BCE desceu a taxa de depósito para níveis negativos, e implementou um ambicioso programa de medidas não-convencionais, enquanto nos EUA e, em menor escala, no Reino Unido, as perspetivas eram de uma subida das taxas de juro de referência.

Face ao dólar, o euro terminou o ano a cotar em 1,09 dólares, depois de ter testado mínimos próximos de 1,05 (o nível mais fraco do euro desde 2003). Ainda que o BCE não tenha um objetivo cambial, houve certa coincidência entre o anúncio de alterações de política e os momentos em que o euro testava máximos do ano face ao dólar.

A taxa de câmbio efetiva do euro (que considera as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro) depreciou, em consonância, reforçando os mínimos de 2002.

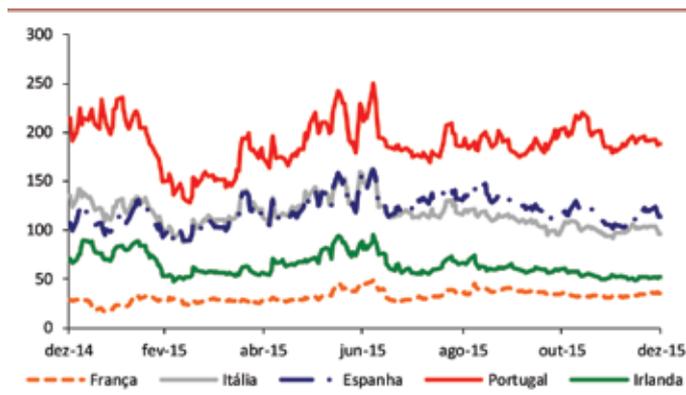
No mercado cambial, destacaram-se dois eventos marcantes. Em janeiro, o Banco Nacional da Suíça (SNB) abandonou a ligação que tinha com o euro (uma taxa de câmbio em redor de 1,2 francos por euro), após intervenções cambiais mais volumosas e em antecipação ao programa de “quantitative easing” do BCE, que poderia exigir mais intervenções por parte do SNB. Após uma apreciação até 0,96 francos por euro, assistiu-se a uma progressiva correção, fechando o ano em 1,09 francos.

Em agosto, a China alterou o regime cambial, com a fixação do câmbio de referência a refletir mais as variações diárias de mercado, o que resultou numa depreciação do yuan para cerca de 6,4 yuan por dólar (uma depreciação de 2%, muito superior às flutuações dos últimos anos).

Esta decisão foi adotada no período de maior volatilidade dos mercados Acionistas e percecionada pelos investidores como um instrumento adicional para apoiar a recuperação da atividade económica.

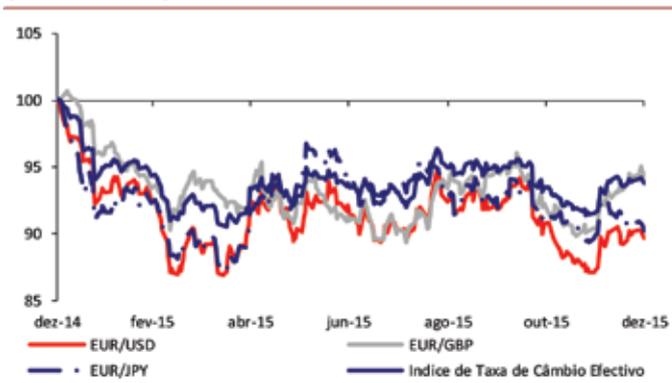
Uma razão fundamental para que autoridades chinesas adotassem um regime cambial mais consonante com as dinâmicas de mercado foi a antecipação à decisão pelo FMI, em novembro, de incluir o yuan no cabaz de referência dos “Direitos de Saque Especiais”, a unidade de conta do FMI, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2014 = 100)



Fonte: BCE

Os mercados Acionistas registaram, em 2015, um comportamento caracterizado por uma maior volatilidade, em especial no segundo semestre do ano.

Nos primeiros meses, a generalidade dos mercados observou uma maior valorização, em antecipação às medidas expansionistas que o BCE viria a implementar a partir de março. Os EUA foram a exceção, com a discussão recorrente sobre o início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, assim como pela inesperada desaceleração da atividade económica no primeiro trimestre do ano.

No início do segundo semestre, as incertezas quanto à evolução da economia chinesa culminaram numa forte correção dos mercados, com desvalorizações pronunciadas que anularam os ganhos do início do ano, na Europa (e na China, já que durante todo o primeiro semestre os principais índices valorizaram de forma acentuada, apesar de já nesse período os dados económicos indicarem uma desaceleração da atividade). No final do ano, a tendência de valorização seria retomada, com valorizações de 3,9% na Europa e 9% no Japão.

O mercado Acionista português registou uma valorização de 10% no ano, sendo que no final do primeiro trimestre tinha registado uma valorização de cerca de 30%, após uma forte depreciação registada em 2014. O índice PSI20 beneficiou da dinâmica das empresas de retalho, utilities e indústria, com valorizações superiores a 30% no ano, enquanto, com uma dinâmica adversa, se destacaram o setor bancário (e que culminaria, em dezembro, com a resolução do Banif) e de construção, bem como a situação específica da Pharol (ex-PT SGPS).

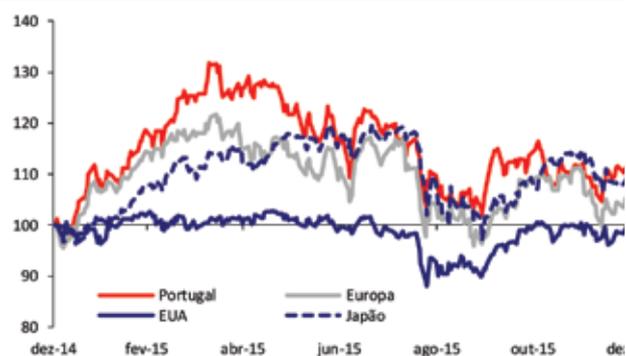
A generalidade das matérias-primas registou uma forte desvalorização ao longo do ano de 2015, num contexto de expectativas de abrandamento da economia mundial, em especial da China, que nos últimos anos tem sido o país responsável pelo maior crescimento da procura.

O petróleo foi a matéria-prima cuja descida de preço se tornou mais visível, desvalorizando para cerca de 35 dólares por barril no final do ano, o nível mais baixo desde 2004, ou seja, uma redução do preço de cerca de 40%. Ao longo do ano, e apesar das perspetivas de menor procura, os principais países produtores, nomeadamente a Arábia Saudita, decidiram manter a produção, mesmo tendo em consideração o reinício das exportações de crude pelo Irão.

O preço das demais matérias-primas evoluiu de forma similar, com uma clara tendência de depreciação, e caindo para mínimos históricos.

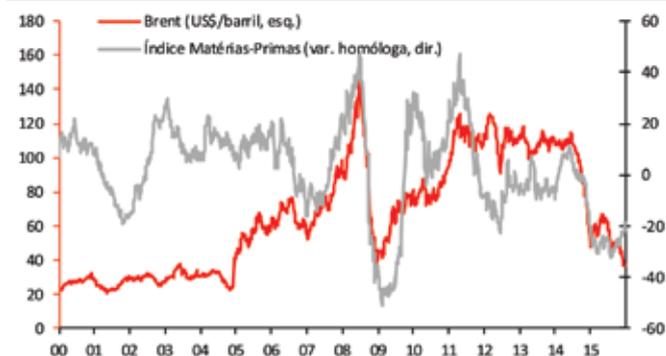
O ouro também corrigiu para mínimos históricos, ligeiramente acima dos 1,050 dólares por onça no final do ano, sendo que apenas viria a assumir papel de refúgio mais claro já em 2016, quando a generalidade dos mercados Acionistas corrigiu em baixa.

Mercados Acionistas (Dez-14 = 100)



Fonte: Bloomberg

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

DADOS MACROECONÓMICOS	2013	2014	2015
PIB	-1,1	0,9	1,5
Consumo Privado	-1,2	2,2	2,6
Consumo Público	-2,0	-0,5	0,8
Investimento	-5,1	5,5	3,6
Exportações	7,0	3,9	5,1
Importações	4,7	7,2	7,3
Inflação Média	0,3	-0,3	0,5
Desemprego	16,2	13,9	12,4
Saldo Orçamental (% do PIB)	-4,8	-4,4	-3,2
Dívida Pública (% do PIB)	129,0	130,2	128,9
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	3,1	1,6	1,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

Economia Portuguesa

A economia portuguesa, em 2015, consolidou a trajetória de recuperação iniciada em meados de 2013, com o PIB a crescer 1,5%, acelerando face aos 0,9% registados em 2014, e após a contração acumulada de 6,8% observada entre 2010 e 2013.

No entanto, a dinâmica de crescimento não foi uniforme ao longo do ano, com o crescimento homólogo de cerca de 1,7% no início do ano e a desacelerar para cerca de 1,3% no último trimestre do ano, sobretudo devido a um abrandamento do investimento. No conjunto do ano, o crescimento económico foi claramente suportado pela procura interna, em especial pelo consumo privado, já que as exportações líquidas tiveram um contributo negativo para o crescimento, como já tinha ocorrido em 2014.

O consumo privado cresceu 2,6%, beneficiando da melhor evolução da despesa em bens duradouros, sobretudo no primeiro semestre, período durante o qual esta componente cresceu cerca de 15% em termos homólogos, em linha com o forte dinamismo das vendas de automóveis ligeiros. No segundo semestre, apesar de o ritmo de expansão se ter mantido forte, assistiu-se a uma ligeira desaceleração. As restantes componentes do consumo (bens alimentares e bens e serviços correntes não alimentares) mantiveram ritmos de crescimento sustentados, em redor de 2,5%, em média anual. O mais forte crescimento do consumo foi acompanhado de uma descida da taxa de poupança, para cerca de 4% do rendimento disponível.

A taxa de desemprego desceu para 12,2% no quarto trimestre de 2015, mantendo a tendência de redução iniciada no primeiro trimestre de 2013, mas verificando-se uma moderação do ritmo de descida, em linha com o abrandamento do crescimento económico, em especial do investimento.

O investimento, com efeito, foi a variável que menos contribuiu para o crescimento, em especial durante o segundo semestre do ano, quando registou dois trimestres de contração em cadeia. Esta evolução resultou da redução da despesa de capital em máquinas e equipamentos, assim como em material de transporte, que tinham tido uma evolução bastante positiva nos trimestres anteriores. A aproximação do ato eleitoral e incerteza associada poderão ter contribuído para algum adiamento de decisões de investimento, mas para as quais continuam a existir fundamentações, sobretudo ao nível das empresas exportadoras, como se pode concluir do inquérito ao investimento, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

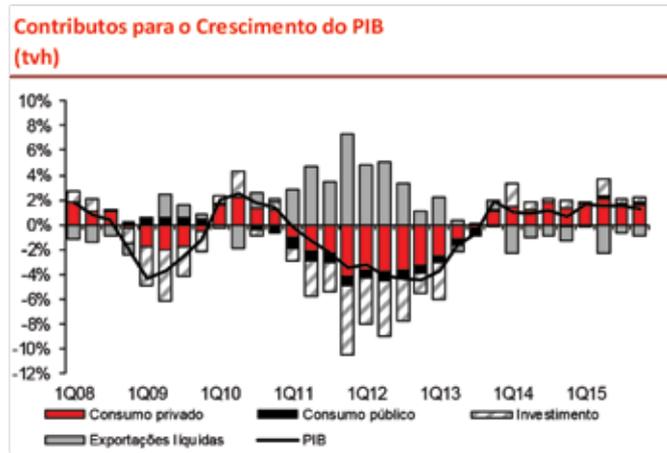
A procura externa líquida manteve, ao longo de 2015, um contributo negativo para o crescimento, prolongando a tendência já observada durante o ano de 2014. No entanto, as exportações de bens e serviços tiveram uma performance bastante positiva, com um crescimento anual de 5,1%, em termos reais, registando assim uma clara aceleração face ao ano transato. Contudo, no segundo semestre, ocorreu uma desaceleração das vendas para o exterior, na sequência do abrandamento em alguns mercados de relevo, em especial para Angola.

As importações cresceram 7,3% em 2015, acelerando marginalmente face a 2014, mas numa tendência marcada pelo mais forte crescimento no primeiro semestre do ano, já que na segunda metade de 2015 as compras ao exterior cresceram cerca de 5%. As importações de bens de investimento continuaram a ter o maior contributo para o crescimento das importações, mas também as aquisições de bens de consumo foram dinâmicas.

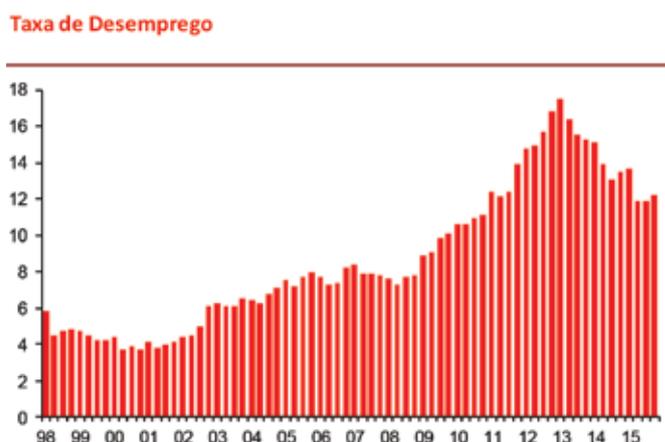
A balança de bens e serviços reforçou a posição excedentária, para 1,7% do PIB, consolidando assim a correção do desequilíbrio externo iniciada durante o período de ajustamento económico, destacando-se a clara melhoria do saldo de bens e serviços, com Portugal a ganhar, um ano mais, quota de mercado externo. Apesar do ainda elevado endividamento externo, o défice da balança de rendimentos tem-se mantido em redor de 2% do PIB.

A posição de investimento internacional continua a evoluir positivamente, em linha com a melhoria do saldo externo, com uma redução da situação negativa para 109,4%, uma redução de 4,9pp face a 2014.

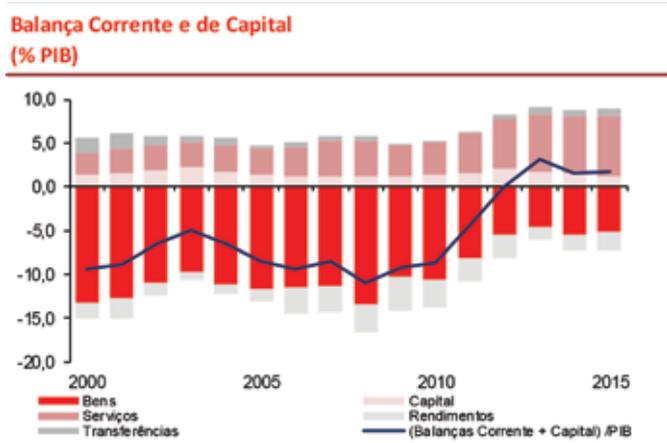
A execução orçamental de 2015, na ótica da contabilidade nacional, registou um défice de 4,2% do PIB, mas influenciado por fatores pontuais, como seja a resolução do Banif, implementada já no final de dezembro. Sem o impacto desta operação (1,2pp do PIB e de outros fatores pontuais) o défice terá sido de 3,1%, uma redução face aos 4,5% registados em 2014.



Fonte: INE



Fonte: INE



Fonte: Banco de Portugal, INE



Fonte: Ministério das Finanças

A receita fiscal cresceu cerca de 5% em 2015, fruto sobretudo da dinâmica dos impostos indiretos e, em especial do IVA, que cresceu 7,4%. A receita de IRS caiu 1,3%, fruto das alterações ao Código do IRS, mas também devido ao impacto que a descida das taxas de juro teve sobre o imposto arrecadado sobre os depósitos de particulares.

A despesa primária contraiu 0,1%, fruto da descida da despesa com pessoal, mesmo considerando o impacto da reposição salarial que iniciou no ano de 2015.

Em contabilidade nacional, nos anos de 2014 e 2015, o saldo orçamental esteve afetado pelas medidas de resolução aplicadas ao BES e Banif, respetivamente. Em 2014, foi registado o empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução, no montante de 3,9 mil milhões de euros, e em 2015 foi registada a injeção de liquidez no montante de 2,2 mil milhões de euros. São medidas não-recorrentes, que não afetam a dinâmica orçamental de base.

Estas mantiveram uma trajetória de melhoria sustentada, como refletido no aumento do excedente do saldo primário para 1,4% do PIB, após dois anos em que o saldo já esteve próximo do equilíbrio.

A notação de risco da República foi revista em alta pela agência Standard and Poors, para BB+ (um nível abaixo do nível de investment grade), com outlook estável. As demais agências mantiveram o rating inalterado.

Durante o ano, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e tirando proveito da descida das taxas de juro de longo prazo para emitir um maior volume de dívida de longo prazo e amortizar antecipadamente os empréstimos ao FMI. Deste modo, em 2015, o Tesouro emitiu, em termos líquidos, quase 13 mil milhões de euros de Obrigações do Tesouro, e amortizou 8,5 mil milhões de euros do empréstimo do FMI.

As principais condicionantes do setor financeiro, em 2015, estiveram relacionadas, por um lado, com o processo de venda do Novo Banco, que veio a ser cancelado em setembro, para posteriormente ser retomado em 2016.

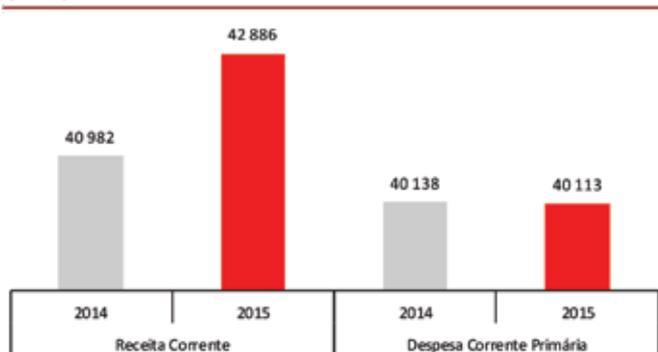
Por outro lado, em dezembro, e após um processo inconclusivo de venda da participação do Estado, o Banif foi alvo de uma medida de resolução, por parte do Banco de Portugal, ao abrigo da qual parte dos ativos e passivos da instituição foram vendidos ao Banco Santander Totta.

Estas alterações no setor financeiro tiveram repercussões sobre a evolução do stock de crédito, mas em particular no crédito a empresas, já que houve um processo de “carve out” de créditos em situação de incumprimento, assim como de créditos a setores específicos de atividade (como os de construção e atividades imobiliárias). Em consequência, o crédito a empresas acentuou o ritmo de contração no mês de dezembro, com uma queda anual de cerca de 5%.

Ao longo do ano, os fluxos de novo crédito a particulares aumentaram de forma pronunciada, quase duplicando face aos volumes produzidos em 2014. No entanto, permanecem ainda muito abaixo dos níveis de produção verificados antes da crise e do processo de ajustamento. Ao nível do crédito a empresas, os volumes mantiveram-se estáveis durante quase todo o ano, sendo perceptível um aumento ligeiro no último trimestre do ano.

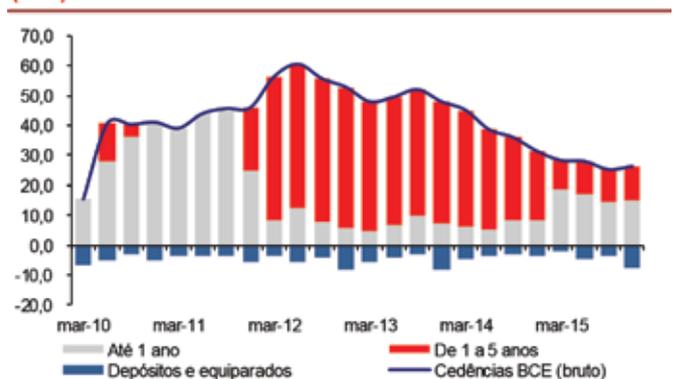
O setor financeiro nacional continuou a reduzir o financiamento junto do BCE, apesar dos programas de cedência de liquidez e de “quantitative easing” que esta instituição manteve durante o ano. O crescimento dos depósitos de particulares e a redução do crédito permitiram continuar o processo de desalavancagem do setor, que em setembro tinha um rácio crédito/depósitos de 104%. No final do ano, os bancos nacionais estavam financiados em 26,1 mil milhões de euros (20 mil milhões quando ajustado dos depósitos junto do BCE, o que compara com 27,7 mil milhões no final de 2014).

Receita Corrente e Despesa Corrente Primária
(€ mn)

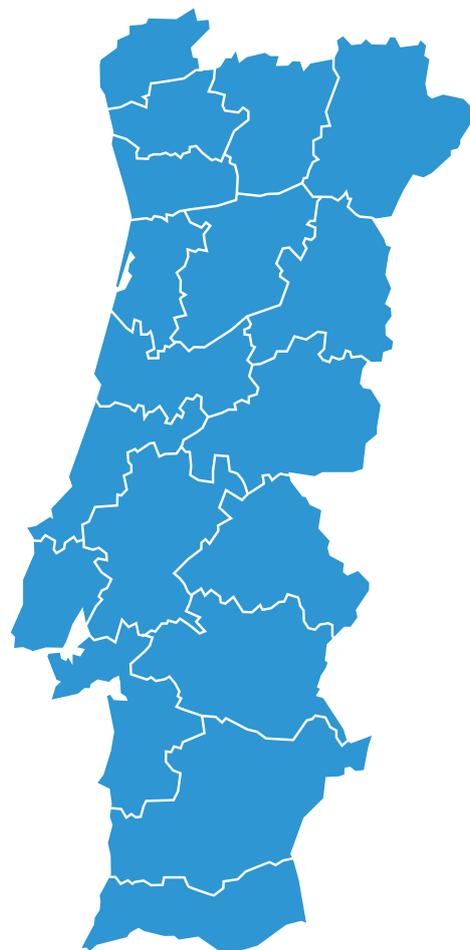
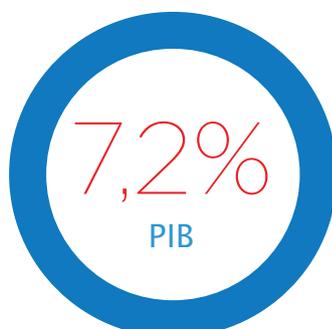


Fonte: Ministério das Finanças

Financiamento no BCE
(€ bn)



Fonte: Banco de Portugal



Mercado de Seguros em Portugal

A crise que nos últimos anos tem atingido o setor financeiro afeta naturalmente o setor segurador. Contudo, este continua a revelar-se robusto e solvente, cumprindo com as suas responsabilidades perante os tomadores de seguros, os beneficiários e os terceiros lesados.

No ano de 2015, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 12,6 mil milhões de euros, o equivalente a 7,2% do PIB. Porém, este valor representou um decréscimo de 11,4% face ao valor verificado em 2014. Esta evolução é explicada principalmente pela queda de produção do ramo vida na ordem dos 17%, tendência contrária à dos anos anteriores. Inversamente os ramos não vida apresentaram um crescimento de produção de 3,7% face a 2014, representando a maior taxa de crescimento nos últimos 10 anos.

O decréscimo de produção verificado no ramo vida ficou a dever-se essencialmente à quebra das contribuições para seguros de poupança, resultante principalmente das baixas taxas de juro e de uma menor propensão à poupança.

Analisando as principais componentes, refira-se que o decréscimo nos PPR's não revelou uma tendência generalizada das seguradoras, sendo que a maioria apresentou evoluções positivas. O decréscimo é reflexo da evolução de um reduzido número de operadores, mas com impacto significativo. Em sentido inverso, os seguros ligados a fundos de investimento tiveram um crescimento de 6,9%, pois não estão tão sujeitos aos impactos das taxas de juro.

Este comportamento generalizado de diminuição da produção do ramo vida verifica-se tanto ao nível do canal bancário, com uma variação de -17,4% face ao período homólogo, como ao nível dos restantes canais de distribuição, com uma variação de -15% face a dezembro de 2014. De referir ainda que a produção do canal bancário representa 82% do total de produção do ramo vida.

Relativamente aos seguros dos ramos não vida, a produção por canal de distribuição tem um comportamento inverso, sendo inferior no canal bancário, representando cerca de 17% do total da produção, contudo com um aumento superior ao dos restantes canais.

Nos ramos não vida destaca-se o comportamento de ramo de Acidentes e Doença, onde os Acidentes de Trabalho apresentam um crescimento de 7,8%, confirmando a tendência dos últimos anos. Importa também referir o aumento de produção do ramo Doença (saúde), 7,5% face ao período homólogo, demonstrando a preocupação dos consumidores com as restrições orçamentais do Serviço Nacional de Saúde que se têm verificado nos últimos anos.

Destaca-se ainda a produção do ramo Incêndio e Outros Danos, que na generalidade cresceu 2% e onde o crescimento foi elevado na área industrial (7,6%), mas relativamente moderado na habitação (2,0%) e negativo na área comercial (-3,1%).

u.m: milhares de euros

	2012	2013	2014	2015*	Δ
Vida	6,922,395	9,248,442	10,439,186	8,669,272	-17,0%
Seguro de Vida	4,818,597	7,313,883	8,401,300	6,498,699	-22,6%
Seguros ligados a Fundos de Investimento	1,954,212	1,930,232	2,030,698	2,169,874	6,9%
Operações de Capitalização	149,586	4,328	7,188	699	-90,3%
Não Vida	3,982,769	3,855,467	3,848,657	3,990,365	3,7%
Acidentes e Doença	1,260,938	1,232,461	1,259,356	1,348,689	7,1%
Acidentes de Trabalho	555,812	511,158	515,942	555,992	7,8%
Doença	551,482	570,554	589,169	621,132	5,4%
Acidentes (outros)	153,645	150,749	154,245	171,566	11,2%
Incêndio e Outros Danos	766,784	760,331	751,384	764,006	1,7%
Automóvel	1,569,213	1,478,230	1,448,547	1,470,746	1,5%
Marítimo e Transportes	31,984	31,611	28,352	25,012	-11,8%
Aéreo	8,245	7,326	5,968	6,978	16,9%
Mercadorias Transportadas	24,931	24,677	23,533	22,518	-4,3%
Responsabilidade Civil Geral	113,854	106,324	108,060	112,420	4,0%
Diversos	206,819	214,508	223,457	239,997	7,4%
TOTAL	10,905,164	13,103,909	14,287,843	12,659,637	-11,4%

Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

* Valores provisórios

Fonte: ASF

Também moderadamente cresceu o ramo Automóvel (1,5%), o maior do segmento Não Vida. O crescimento do seu volume de prémios não terá superado substancialmente o do número de veículos seguros, mas a interrupção do processo de erosão do prémio médio representa, de qualquer forma, uma alteração marcante face ao padrão evolutivo dos últimos 10 anos.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa destacar os desafios que este setor enfrentou e continuará a enfrentar na área prudencial. Tais desafios tornaram-se evidentes durante o ano de 2015, no qual assumiu particular relevância o processo de adaptação do regime Solvência II, incluído recentemente no ordenamento jurídico nacional, através da aprovação e publicação da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016.

Por sua vez, o processo de supervisão será conduzido de uma forma prospetiva, e não apenas reativa, e tendo em conta a aplicação do princípio da proporcionalidade.

As vantagens do novo regime são evidentes para as seguradoras, que irão beneficiar de um quadro legal atualizado e detalhado que regula as suas atividades e fixa uma correspondência muito mais próxima entre os fundos próprios e os riscos que assumem na sua atividade. A harmonização à escala europeia do novo regime traz benefícios acrescidos na comparabilidade entre mercados e operadores.

Em matéria de requisitos quantitativos, a entrada em vigor das novas regras vem revolucionar a forma como a gestão dos riscos e do capital é prosseguida. Os requisitos de capital passam a considerar todos os riscos materiais a que cada seguradora estiver exposta, incentivando, que todas as decisões estratégicas e de gestão tomadas considerem os riscos presentes no balanço.

Adicionalmente, o regime de Solvência II estabelece dois patamares de exigências de capital. O Requisito de Capital de Solvência (SCR), calculado de uma forma detalhada, abrange todos os riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta, designadamente os riscos de mercado, de crédito das contrapartes, específicos de seguros e operacionais. Por sua vez, o Requisito de Capital Mínimo (MCR) estabelece um nível de alerta superior, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades inscritas nas provisões técnicas.

A legislação aprovada reforça também as exigências em matéria de governo corporativo das empresas de seguros. São incluídas normas específicas sobre a honorabilidade e aptidão daqueles que administram efetivamente a seguradora e dos responsáveis pelas funções chave, designadamente as de gestão de riscos, atuarial, de compliance, e de auditoria interna.

A autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) é também um elemento importante do novo regime de Solvência II, enquadrando-se no âmbito do sistema de gestão de riscos das seguradoras. Traduz-se essencialmente, num exercício que integra as especificidades da própria empresa, do negócio e dos seus riscos.

Com o novo regime jurídico, também melhoram e são unificados os formatos de divulgação de informação ao público e de reporte das seguradoras ao supervisor, promovendo a transparência relativamente à sua situação financeira e de solvência e fomentando a disciplina de mercado. Em paralelo aos relatórios e contas estatutários, devem ser preparados relatórios públicos de cariz prudencial.

Durante o ano de 2015, com a proximidade da entrada em vigor do novo regime, o setor segurador empenhou-se na implementação deste novo regime e no cumprimento dos requisitos previstos para a fase de preparação. A generalidade das seguradoras definiu e divulgou ao supervisor a sua política ORSA, na qual foram definidos os princípios fundamentais e a metodologia para a realização do exercício. Durante o primeiro semestre do ano dedicaram-se também ao processo de determinação e reporte dos requisitos de capital, com referência à data de 31 de dezembro de 2014. Este reporte quantitativo, que incluiu dados bastante diversificados e detalhados, foi acompanhado também de reporte qualitativo.

Posteriormente, em novembro, as seguradoras efetuaram um novo exercício de cálculo e reporte de dados, tendo por base a informação a 30 de setembro de 2015, sendo o âmbito deste trabalho mais reduzido do que o mencionado anteriormente.

Apesar do seu recente início de atividade, a Aegon Santander Portugal Vida cumpriu os requisitos referentes à fase de preparação para entrada em vigor deste novo regime. Efetuou os cálculos, análise e reporte quantitativo e qualitativo referente a 31 de dezembro de 2014, bem como o referente a 30 de setembro de 2015. Estes exercícios de preparação permitiram à Companhia verificar que, aplicando o previsto na fórmula standard de suporte ao cálculo de requisitos de capital, a sua situação de solvência se situa em níveis bastante confortáveis, que lhe permitirão crescer e desenvolver o negócio de forma sustentável. Além disso, refira-se que o supervisor dispensou a Companhia de executar o exercício ORSA em resultado da sua recente constituição.

Por último, importa referir que a Lei n.º 147/2015 de 9 de setembro introduziu alterações relevantes na atividade, para além das referentes ao regime de Solvência II. Neste sentido, o setor desenvolveu os esforços necessários para adaptação ao novo regime do acesso e exercício da atividade seguradora, bem como à alteração do regime jurídico do contrato de seguro.

ANÁLISE DE GESTÃO

Sistemas de informação

Os sistemas de informação assumem uma importância significativa em qualquer organização. Um dos seus grandes desafios é assegurar requisitos de qualidade, disponibilidade, adequação e exatidão, imprescindíveis para o desenvolvimento do negócio.

Destacam-se como principais linhas de ação em 2015, os seguintes pontos:

- Desenvolvimento e implementação de uma plataforma tecnológica que passará a ser o suporte de toda a atividade;
- Início de implementação de uma melhoria significativa nos processos de contratação de produtos, e na forma de 'relacionamento' entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia. Esta implementação visa também uma melhoria significativa nos processos internos da Companhia;
- Efetuado um upgrade ao package do sistema core da Companhia, dotando o mesmo com uma versão apta para implementação de necessidades regulamentares ou de negócio;
- Otimização da solução de Gestão Documental com a migração do sistema para uma plataforma que oferece maior robustez e com uma melhor integração com o sistema de informação da Companhia;
- Teste de recuperação de sistemas, disaster recover, assegurando a continuidade da operacionalidade dos sistemas e aplicações no caso de ocorrência de um evento com impacto tecnológico.

De referir ainda que, suportada em prestadores de serviços externos, a Companhia dispõe de ferramentas que garantem a segurança dos dados, o controlo de acessos, a integridade e a capacidade de reconstituição das bases de dados.

As componentes de segurança de tecnologia assentam numa estrutura de firewalls, sistemas de deteção e proteção de intrusão, sistemas de antivírus e filtros de conteúdos e de acessos suportados em tecnologias adequadas.

Relativamente à segurança física dos dados, esta está assegurada, em primeiro nível através da existência de dois centros de processamento de dados (CPD) – um primário e outro secundário – com replicação de dados em permanência do centro primário para o centro secundário e, em segundo nível, pelos respetivos backups de dados.

Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno

O sistema de gestão de riscos e controlo interno permite alertar e prevenir a Companhia para os diferentes tipos de risco em que a mesma incorre, assim como providenciar uma visão e conhecimento claro da gestão de risco em curso.

A Lei n.º 147/2015 de 9 de setembro de 2015 transpõe para o regime jurídico local a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, enquadrando legalmente os requisitos referentes ao regime de Solvência II.

Tal facto reforçou a importância da implementação de um sistema de gestão de risco e controlo interno adequado. Neste sentido, de modo a cumprir os requisitos e promover uma gestão sã e prudente do negócio, a Companhia desenvolveu um conjunto de atividades relacionadas, quer com a definição de políticas de risco e modelo de governação, quer com a implementação de processos de medição e mitigação do risco e sua utilização nos processos de gestão.

No que respeita à fase de preparação para implementação do regime de Solvência II, destaca-se o trabalho realizado ao nível do cálculo e reporte de requisitos de capital integrados na fase preparatória de implementação, tendo a Companhia cumprido o plano e prazos definidos, garantindo a qualidade da informação e dos resultados que lhe permitem enfrentar os desafios com sustentabilidade.

No âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, a Companhia procedeu à documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio. Foram também estabelecidos procedimentos de registo descentralizado dos eventos e das consequentes perdas, resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de autoavaliação dos riscos e das atividades de controlo.

Ainda como parte integrante do sistema de gestão de risco e controlo interno, a Companhia implementou a função de verificação do cumprimento, integrando-a na sua estrutura. Esta função permite identificar, avaliar, mitigar e monitorizar os riscos de conformidade e legais, prevenindo a ocorrência e o impacto de ações que coloquem em risco a sua reputação, quer seja junto do Supervisor, dos clientes ou dos parceiros de negócio, ou que impliquem perdas financeiras.

Para além da formalização e aprovação de diversas políticas de risco, incluindo as previstas na Lei n.º 147/2015, a Companhia definiu e implementou o seu plano de continuidade de negócio, mitigando assim o impacto que determinados eventos possam causar no negócio e na sua continuidade.

Síntese de indicadores

	Milhões de Euros	
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA	2015	2014
Posição financeira		
Ativo líquido	85.9	65.1
Passivo	66.3	48.3
Capitais Próprios	19.6	16.8
Rácio de Solvência I (*)	129.2%	124.7%
Resultado líquido	3.0	-
Atividade seguradora		
Prémios brutos emitidos	53.7	-
Custos com sinistros de seguro direto	4.9	-
“Quota de mercado (segmento vida risco, distribuído através da rede bancária)”	8.2%	-

(*) Rácio de 2015, antes do efeito da distribuição de resultados proposta pelo Conselho de Administração

Gestão de ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante o ano de 2015, a Companhia não possuiu quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

	Milhões de Euros	
ATIVOS FINANCEIROS	2015	2014
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.7	38.1
Ativos disponíveis para venda		
Títulos de dívida pública	13.7	-
De outros emissores públicos	4.8	-
De outros emissores	30.4	-
Total	58.5	38.1

Em 2015, os rendimentos obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 175 milhares de Euros.

Custos e gastos por natureza a imputar

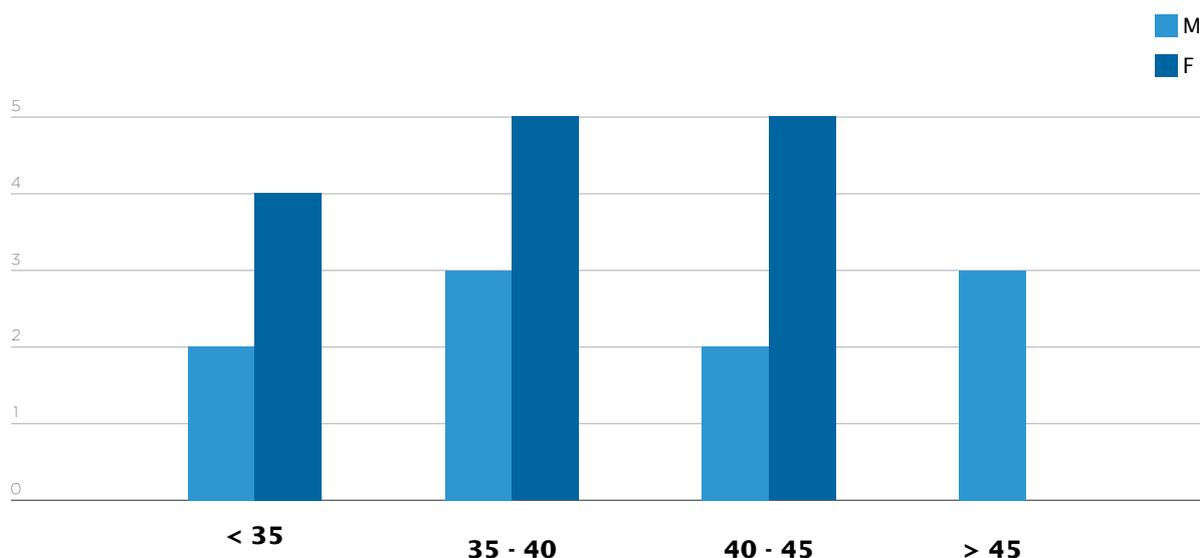
Em 2015, os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 6,6 milhões de Euros, assumindo-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis como as rubricas mais relevantes, como segue:

Milhões de Euros		
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2015	2014
Gastos com o pessoal	1.2	-
Fornecimentos e serviços externos	3.0	-
Impostos e taxas	0.0	-
Depreciações e amortizações do exercício	2.1	-
Juros suportados	0.2	-
Comissões	0.2	-
Total	6.6	-

Recursos humanos e formação

Em 31 de Dezembro de 2015, a Companhia, que partilha estruturas com a Aegon Santander Portugal Não Vida, conta com 24 colaboradores (excluindo Órgãos Sociais).

Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 38 anos, sendo 58% mulheres e 42% homens:



Neste primeiro ano de atividade, a Companhia privilegiou o desenvolvimento dos seus Recursos Humanos e a Companhia geriu a sua política de admissão de novos Colaboradores em função das necessidades de otimização do nível de serviço prestado aos clientes e rede de distribuição.

As equipas da Companhia apresentam-se com uma dinâmica empreendedora, capacidade de inovação e de melhoria contínua associada ao empenho, criatividade e respetivas competências.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento dos Colaboradores e suporta a atribuição de prémios de desempenho.

Atividade comercial

No ano de 2014, foi transferida para a Aegon Santander Portugal Vida a carteira de seguros vida risco correspondente às apólices de seguros vida risco individual da Santander Totta Seguros subscritas a partir de 1 de julho de 2012, através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. em Portugal, bem como os respetivos ativos e passivos associados.

Os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte e de invalidez, incluindo outras coberturas complementares tais como: doenças graves, desemprego, incapacidade temporária, entre outras.

Durante o ano de 2015 houve revisão de alguns produtos de modo a adaptar e a melhorar a oferta e a responder mais assertivamente às necessidades dos clientes do Banco Santander Totta. As soluções implementadas visam também incrementar o nível de fidelização dos clientes, bem como elevar o seu nível de proteção.

Atuando neste segmento e tendo por base a carteira de seguros transferida, bem como os novos contratos de seguro subscritos durante o ano de 2015, a Aegon Santander Portugal Vida alcançou uma produção de 54 milhões de Euros.

A Companhia encerrou 2015 com 268 380 apólices em vigor e um volume de capitais seguros (risco de morte) superior a 5 220 milhões de Euros, representando estes números um crescimento de 25% e 33% respetivamente face a 2014.

A base de clientes e número de pessoas seguras subiram, face a 2014, 24% e 25% respetivamente.

No segmento segurador onde opera – vida risco, distribuído através de canal bancário – em 2015, a Companhia obteve uma quota de mercado de 8,2% (em termos de prémios brutos emitidos), colocando-se como a 6.ª maior seguradora de segmento liderado pela seguradora Fidelidade.

Os custos com sinistros de seguro direto situaram-se nos 4,9 milhões de Euros representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 9,1%, sendo morte a principal cobertura afetada.

Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2015, o Capital próprio da Companhia totalizava 19,6 milhões de Euros, registando-se um incremento de 2,8 milhões de Euros face a 2014, como consequência do resultado líquido alcançado no exercício e da variação negativa da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (líquida de impostos).

A margem de solvência, em regime de Solvência I, em 31 de dezembro de 2015, considerando a distribuição de resultados proposta pelo Conselho de Administração, situa-se em 110%, com um excesso de 744 milhares de Euros.

Perspetivas para 2016

No ano de 2015, a Companhia cumpriu o seu primeiro exercício de atividade operacional implementando-se no mercado segurador nacional com uma marca forte, focada nos clientes, com uma oferta de produtos inovadora e adaptada às suas necessidades e reconhecida pela sua qualidade de serviço.

Os objetivos para 2016 focam-se em dar continuidade à estratégia definida, continuando a apostar nas sinergias impostas pelo modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda.

O ano de 2016 será igualmente marcado pela consolidação, rentabilização dos investimentos agora efetuados e desenvolvimento das melhores práticas, dando cumprimento integral aos requisitos impostos pela legislação europeia e em particular ao regime de Solvência II, bem como pela continuação do projeto estratégico, referido anteriormente, de continuação do desenvolvimento e implementação da nova plataforma tecnológica que passará a ser o suporte de toda a atividade.

Proposta de aplicação de resultados

O Resultado líquido da Aegon Santander Portugal Vida, em 2015, é de 3.037.013 Euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva Legal no montante de 303.701 Euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98.

O Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos pelos Acionistas, no montante de 1.400.000 Euros, que corresponde a 19% do Capital Social da Companhia.

No que diz respeito ao remanescente, no valor de 1.333.312 Euros, o Conselho de Administração propõe a sua transferência para Resultados transitados.

Nota final

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 1 de março de 2016

O Conselho de Administração



02

Demonstrações
Financeiras e Anexo

Demonstrações Financeiras e Anexo

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas

02A

Demonstrações
Financeiras e Anexo

Euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014	Exercício				Exercício Anterior
	Notas	Técnica Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	43,421,094	-	43,421,094	-
Prémios brutos emitidos		53,735,469	-	53,735,469	-
Prémios de resseguro cedido		(10,314,375)	-	(10,314,375)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	-	-	-
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(3,072,466)	-	(3,072,466)	-
Montantes pagos		(1,096,314)	-	(1,096,314)	-
Montantes brutos		(1,981,516)	-	(1,981,516)	-
Parte dos resseguradores		885,202	-	885,202	-
Provisão para sinistros (variação)		(1,976,152)	-	(1,976,152)	-
Montante bruto		(2,900,113)	-	(2,900,113)	-
Parte dos resseguradores		923,961	-	923,961	-
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	7	(12,468,920)	-	(12,468,920)	-
Montante bruto		(12,458,434)	-	(12,458,434)	-
Parte dos resseguradores		(10,486)	-	(10,486)	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(23,845,552)	-	(23,845,552)	-
Custos de aquisição		(31,088,583)	-	(31,088,583)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)		8,285,678	-	8,285,678	-
Gastos administrativos		(4,199,177)	-	(4,199,177)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro		3,156,529	-	3,156,529	-
Rendimentos	9	742,883	-	742,883	-
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		742,883	-	742,883	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Gastos financeiros	10	(532,782)	-	(532,782)	-
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(515,824)	-	(515,824)	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		(16,958)	-	(16,958)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	13	(51,822)	-	(51,822)	-
De ativos disponíveis para venda		(51,822)	-	(51,822)	-
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Diferenças de câmbio		-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	14	-	(110,245)	(110,245)	-
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		-	(110,245)	(110,245)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(29,299)	-	(29,299)	-
Outras provisões (variação)		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos		-	-	-	-
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		4,163,136	(110,245)	4,052,891	-
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	21	-	-	(1,017,956)	-
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	21	-	-	2,078	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	3,037,013	-

Euros

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014	Notas	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício Anterior
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15	9,653,704	-	9,653,704	38,101,217
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		100	-	100	-
Valorizados ao custo		100	-	100	-
Valorizados ao justo valor		-	-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Derivados		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	16	48,888,565	-	48,888,565	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		48,888,565	-	48,888,565	-
Outros		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Terrenos e edifícios		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	17	151,358	23,995	127,364	-
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	18	12,149,035	2,034,350	10,114,685	9,822,750
Provisões técnicas de resseguro cedido	19	16,191,198	-	16,191,198	15,848,694
Provisão matemática		15,020,941	-	15,020,941	15,848,694
Provisão para sinistros		923,961	-	923,961	-
Provisão para participação nos resultados		246,297	-	246,297	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-	-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20	926,430	110,170	816,260	1,332,239
Contas a receber por operações de seguro directo		824,363	110,170	714,193	-
Contas a receber por operações de resseguro		-	-	-	-
Contas a receber por outras operações		102,067	-	102,067	1,332,239
Ativos por impostos e taxas	21	74,962	-	74,962	-
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		74,962	-	74,962	-
Acréscimos e diferimentos	22	48,988	-	48,988	-
Outros elementos do ativo		2,051	-	2,051	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
TOTAL ATIVO		88,086,391	2,168,515	85,917,877	65,104,900

			Euros
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014	Notas	Exercício	Exercício Anterior
PASSIVO			
Provisões técnicas	19	41,144,522	34,071,654
Provisão matemática		38,244,410	34,071,654
Provisão para sinistros		2,900,113	-
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para participação nos resultados a atribuir		-	-
Provisão para participação nos resultados atribuída		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-
Provisão para riscos em curso		-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-
Valorizados ao custo amortizado		-	-
Outros passivos financeiros	23	13,142,900	13,710,496
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		13,142,900	13,710,496
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	24	9,732,157	522,750
Contas a pagar por operações de seguro directo		6,886,734	-
Contas a pagar por operações de resseguro		2,375,644	-
Contas a pagar por outras operações		469,779	522,750
Passivos por impostos e taxas	21	1,217,743	-
Passivos por impostos (e taxas) correntes		1,217,743	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Acréscimos e diferimentos	22	1,074,341	-
Outras provisões		-	-
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		66,311,664	48,304,900
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	7,500,000	7,500,000
Dividendo Antecipado		-	-
Outros instrumentos de Capital		-	-
Reservas de reavaliação	25	(303,684)	-
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		(303,684)	-
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	25	72,884	-
Outras reservas	25	9,300,000	9,300,000
Reserva legal		-	-
Reserva estatutária		-	-
Prémios de emissão		9,300,000	9,300,000
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		-	-
Resultado do exercício		3,037,013	-
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		19,606,213	16,800,000
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		85,917,877	65,104,900

Euros						
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultado do exercício	Total Capital Próprio
Capital próprio em 31 de dezembro 2014 (balanço de abertura)	7,500,000	-	-	9,300,000	-	16,800,000
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(303,684)	-	-	-	(303,684)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	72,884	-	-	72,884
Total da variação do Capital Próprio	-	(303,684)	72,884	-	-	(230,800)
Resultado do exercício	-	-	-	-	3,037,013	3,037,013
Capital próprio em 31 de dezembro 2015	7,500,000	(303,684)	72,884	9,300,000	3,037,013	19,606,213

Euros			
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	Exercício	Exercício Anterior	
Resultado líquido do exercício	3,037,013	-	
Outro rendimento integral do exercício			
Ativos que reclassificam por resultados			
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	(303,684)	-	
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	72,884	-	
Rendimento integral total do exercício	2,806,213	-	

Euros		
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Operações de seguro		
Prémios de seguro direto	54,385,387	-
Custos com sinistros de seguro direto	(1,341,643)	-
Comissões por intermediação de seguros	(18,831,447)	-
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(4,536,937)	-
Investimentos financeiros		
(Aquisição) / Alienação e reembolso de títulos	(49,880,847)	-
Rendimentos de títulos	627,959	-
Outros Fluxos de Caixa		
Pagamentos a fornecedores	(5,788,375)	-
Pagamentos ao pessoal	(548,308)	-
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(1,787,573)	-
Outros fluxos de caixas operacionais	54,674	-
Total	(27,647,109)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(2,132,643)	(9,300,000)
Transferência da carteira de seguros vida risco	1,332,239	30,601,217
Outros	-	-
Total	(800,404)	21,301,217
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Realização do capital	-	7,500,000
Realização do prémio de emissão	-	9,300,000
Total	-	16,800,000
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(28,447,513)	38,101,217
Caixa e Equivalentes e Depósitos no início do período	38,101,217	-
Caixa e Equivalentes e Depósitos no final do período	9,653,704	38,101,217

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes em Euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura.

Conforme indicado na Nota 25, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se inserem (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 16.800.000 Euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 Euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 Euro cada, e o prêmio de emissão no montante de 9.300.000 Euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o Acionista único transferiu para a Companhia uma carteira de seguros vida risco correspondente às apólices de seguros vida risco individual da Santander Totta Seguros subscritas a partir de 1 de julho de 2012, através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. em Portugal, bem como os respectivos ativos e passivos associados.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia. Atendendo a que a Companhia só iniciou a sua atividade operacional em 31 de dezembro de 2014, todas as despesas com a constituição da Companhia e outros gastos incorridos até 31 de dezembro de 2014 foram suportados pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o primeiro exercício de atividade operacional da Companhia, iniciada em 1 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 1 de março de 2016.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas e interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de janeiro de 2015

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia, ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeito a partir de 1 de janeiro de 2015:

Normas

Melhorias às normas 2011 - 2013. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Interpretações

IFRIC 21 (nova), 'Taxas'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015, e que a Companhia decidiu não adotar antecipadamente

Normas

Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. A única melhoria que se espera que venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia é a IFRS 8, que exigirá divulgações adicionais.

IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial. A alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Melhorias que não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia comercializa apenas contratos de seguro Vida Risco, este constitui o seu único segmento.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

▪ Equipamento administrativo	12,50%
▪ Máquinas e ferramentas	20,00%
▪ Equipamento informático	33,33%
▪ Material de transporte	25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja exetável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, o qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou ainda nesta rubrica o preço de aquisição da carteira de seguros vida risco transferida da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A., o qual será amortizado ao longo do período em que se espera que a referida carteira gere benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Investimentos em filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.

Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

Ativos financeiros detidos para negociação

Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os exchange traded funds são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do Bloomberg Generic Price (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo e,
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica "Contas a receber por operações de seguro direto".

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

e) Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

h) Capital social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao Acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

I) Contratos de seguro e contratos de investimento

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afete de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados).

A Companhia apenas comercializa contratos de Seguros de Vida.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

Provisão matemática

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores atuais das responsabilidades da Companhia e os valores atuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos atuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para cada uma das modalidades.

As tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95, com taxas técnicas entre os 0% e os 4%, dependendo da tipologia do produto.

A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 19/94-R, procede à zillmerização das provisões matemáticas calculadas para cada contrato até ao limite de 85% dos encargos de aquisição próprios do contrato e ainda não amortizados.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR).

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de vida.

Contas a receber e a pagar de contratos de seguro e de contratos de investimento

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro e de investimento são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

Contas a receber e a pagar por operações de resseguro

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós emprego

O contrato coletivo de trabalho (CCT) atualmente em vigor foi assinado entre a Associação Portuguesa de Seguradores e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), a 23 de dezembro de 2011, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de janeiro de 2012 e alterado por acordo entre as partes em 21 de novembro de 2014 e publicado no BTE n.º 45 de 8 de dezembro de 2014. De acordo com o n.º 1 da cláusula 48.ª do CCT, “todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto na cláusula 49.ª do novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora. Tratando-se de um plano de contribuição definida, os benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados são determinados pelas contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 41.ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

Benefícios de saúde

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica.

Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Bónus de desempenho

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica “Acréscimos e diferimentos” no passivo da Demonstração da posição financeira.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

q) Transações em moeda estrangeira

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

r) Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais é feita tendo por base a sua substância e não a forma legal, cumprindo-se os critérios definidos na IAS 17 – Locações. A Companhia classifica como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística com a designação de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos Vida tradicionais são determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, aplicáveis a cada uma das coberturas.

Os pressupostos utilizados baseiam-se na experiência da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem as seguintes categorias: (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados (apenas de resseguro cedido), e (iii) provisão para sinistros.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estime pagar é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro, avaliando periodicamente as suas responsabilidades, tendo em consideração as coberturas de resseguro respetivas previstas nos tratados celebrados.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente pelo Atuário Responsável da Companhia.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

d) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

Os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte, invalidez, incluindo outras coberturas complementares.

Nesta base, Vida Risco constitui o seu único segmento, cujos resultados encontram-se apresentados na Conta de Ganhos e Perdas, sob o título “Técnica Vida”.

Os ativos e passivos são desagregados como segue:

	2015			2014		
	Vida risco	Não alocados	Total	Vida risco	Não alocados	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	9,653,704	9,653,704	30,601,217	7,500,000	38,101,217
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	100	100	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	48,888,565	-	48,888,565	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	127,364	127,364	-	-	-
Outros ativos intangíveis	7,625,400	2,489,285	10,114,685	9,300,000	522,750	9,822,750
Provisões técnicas de resseguro cedido	16,191,198	-	16,191,198	15,848,694	-	15,848,694
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	816,260	-	816,260	1,332,239	-	1,332,239
Ativos por impostos e taxas	-	74,962	74,962	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	48,988	48,988	-	-	-
Outros elementos do ativo	-	2,051	2,051	-	-	-
Total de Ativos	73,521,423	12,396,453	85,917,877	57,082,150	8,022,750	65,104,900
Provisões técnicas	41,144,522	-	41,144,522	34,071,654	-	34,071,654
Outros passivos financeiros	13,142,900	-	13,142,900	13,710,496	-	13,710,496
Outros passivos	9,262,379	2,761,863	12,024,242	-	522,750	522,750
Total de Passivos	63,549,801	2,761,863	66,311,664	47,782,150	522,750	48,304,900

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	Euros	
	2015	2014
Prémios brutos emitidos	53,735,469	-
Prémios de resseguro cedido	(10,314,375)	-
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	43,421,094	-

Alguns indicadores relativos aos Seguros de Vida podem ser analisados como se segue:

		Euros	
		2015	2014
Prémios brutos emitidos de seguro direto		53,735,469	-
Relativos a contratos individuais	51,066,206	-	-
Relativos a contratos de grupo	2,669,263	53,735,469	-
Periódicos	23,840,582	-	-
Não periódicos	29,894,886	53,735,469	-
De contratos sem participação nos resultados	53,735,469	-	-
De contratos com participação nos resultados	-	53,735,469	-
Prémios de resseguro aceite		-	-
Prémios de resseguro cedido		(10,314,375)	-
Saldo de resseguro		(5,359,170)	-

Os prémios de seguro encontram-se calculados em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades. Anualmente, a Companhia procede à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas, verificando a adequação dos prémios praticados, de forma a garantir os compromissos assumidos decorrentes dos sinistros associados aos contratos em causa.

6. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

		Euros	
		2015	2014
Seguro direto		(4,881,628)	-
Montantes pagos			
Prestações		(1,831,860)	-
Custos de gestão de sinistros imputados (Nota 11)		(149,655)	-
Provisão para sinistros (variação)		(2,900,113)	-
Resseguro cedido		1,809,162	-
Montantes pagos		885,202	-
Provisão para sinistros (variação)		923,961	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(3,072,466)	-

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional, calculados sem dedução do resseguro cedido:

	Euros		
	2015	2014	Notas
Rácio de sinistralidade	9.1%	-	Custos com sinistros de seguro direto / Prémios brutos emitidos
Rácio de despesa	50.3%	-	Custos e gastos de exploração / Prémios brutos emitidos
Rácio combinado	59.4%	-	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
Rácio financeiro	0.3%	-	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
Rácio operacional	59.1%	-	Rácio combinado - Rácio financeiro

7. Provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro

A rubrica provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 19.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	Euros	
	2015	2014
Custos de aquisição	(28,854,879)	-
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	(2,233,704)	-
Custos de aquisição diferidos	8,285,678	-
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	(4,199,177)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3,156,529	-
Custos de exploração, líquidos de resseguro	(23,845,552)	-

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos (ver Nota 11).

Os custos de aquisição incluem o montante de 25,6 milhões de Euros relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia.

A rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro, inclui o montante de 246 milhares de Euros relativo à componente de participação nos resultados (ver Nota 19).

9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	Euros	
	2015	2014
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Juros	742,883	-
Total	742,883	-

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2015	2014
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Custo amortizado pela taxa efectiva	(515,824)	-
Outros		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	(16,958)	-
Total	(532,782)	-

11. Custos por natureza imputados

Os gastos por natureza são imputados por função como se segue:

	Euros	
	2015	2014
Gastos por função		
Custos com sinistros (Nota 6)	149,655	-
Custos de aquisição (Nota 8)	2,233,704	-
Custos administrativos (Nota 8)	4,199,177	-
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	16,958	-
Total	6,599,495	-

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

	Euros	
	2015	2014
Gastos por natureza		
Gastos com o pessoal	1,167,795	-
Fornecimentos e serviços externos	3,016,973	-
Impostos e taxas	25,873	-
Depreciações e amortizações do exercício	2,058,345	-
Juros	180,330	-
Comissões	150,179	-
Total	6,599,495	-

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	Euros	
	2015	2014
Remunerações		
Dos órgãos sociais	143,647	-
Do pessoal	776,431	-
Encargos sobre remunerações	159,460	-
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	14,985	-
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	9,327	-
Seguros	16,345	-
Outros gastos com pessoal	47,601	-
Total	1,167,795	-

A remuneração dos Órgãos Sociais, incluindo encargos sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

	Euros	
	2015	2014
Remunerações		
Conselho Fiscal		
Presidente	8,400	-
Vogal	5,000	-
Vogal	5,000	-
Conselho de Administração		
Administrador Delegado (*)	70,605	-
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis	54,642	-
Total	143,647	-

(*) inclui estimativas de custos com férias e subsídio de férias, não liquidados em 2015, bem como outros benefícios de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A. tem 24 trabalhadores ao seu serviço, distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro a seguir apresentado:

	Euros	
	2015	2014
Diretor	5	-
Coordenador operacional	2	-
Operacional	10	-
Técnico	7	-
Total	24	-

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

	Euros	
	2015	2014
Material de escritório	32,459	-
Conservação e reparação	9,559	-
Rendas e alugueres	44,929	-
Comunicação	155,697	-
Deslocações e estadas	34,925	-
Gastos com trabalho independente	148,313	-
Trabalhos especializados	2,572,792	-
Quotizações (da atividade)	11,090	-
Outros fornecimentos e serviços	7,209	-
Total	3,016,973	-

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados na rubrica de trabalhos especializados. Os honorários respetivos ascenderam a 34 milhares Euros incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas e a revisão dos relatórios e mapas de reporte prudencial submetidos à ASF.

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,1 milhões de Euros relacionado com serviços informáticos e de tecnologia, bem como 347 milhares de Euros de serviços relacionados com a adaptação da Companhia ao regime de Solvência II.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados a entidades externas, bem como outros gastos de consultoria.

As depreciações e amortizações do exercício são analisadas como segue:

	Euros	
	2015	2014
Ativos tangíveis	23,995	-
Ativos intangíveis	2,034,350	-
Total	2,058,345	-

Ver Nota 17 e Nota 18.

12. Benefícios a empregados

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE n.º2 de 15 janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2015 ascendeu a 15 milhares de Euros.

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do CCT, a cláusula 41^a contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2015 ascendeu a 9 milhares de Euros.

Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda são analisados como se segue:

	Euros					
	Ganhos	Perdas	2015	Ganhos	Perdas	2014
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas valor por via de ganhos e perdas						
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	233	(52,055)	(51,822)	-	-	-
Total	233	(52,055)	(51,822)	-	-	-

14. Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

A rubrica de Perdas de imparidade (líquidas de reversão) corresponde maioritariamente ao ajustamento para recibos de prémios de seguros em cobrança. Ver Nota 20.

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisado como se segue:

	Euros	
	2015	2014
Caixa e seus equivalentes	82	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	9,653,622	38,101,217
Total	9,653,704	38,101,217

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta.

16. Ativos disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

	Euros					
	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	13,327,536	204,198	(31,638)	13,500,096	173,667	13,673,763
De outros emissores públicos	4,725,644	45,661	-	4,771,305	18,089	4,789,394
De outros emissores	30,619,657	6,578	(528,484)	30,097,751	327,656	30,425,407
Saldo em 31 de dezembro de 2015	48,672,836	256,438	(560,122)	48,369,152	519,413	48,888,565

17. Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2015 são analisados como se segue:

	Euros		
	Aquisições	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos tangíveis			
Equipamento informático	16,363	(4,204)	12,159
Material de transporte	134,995	(19,791)	115,204
Saldo em 31 de dezembro de 2015	151,358	(23,995)	127,364

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante o exercício de 2015 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

18. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2015 são analisados como se segue:

	Euros			
	Saldo inicial	Aquisições	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos intangíveis				
Transferência da carteira vida risco	9,300,000	-	(1,674,600)	7,625,400
Despesas com aplicações informáticas	522,750	1,294,366	(359,750)	1,457,366
Software em curso de desenvolvimento	-	1,031,919	-	1,031,919
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	9,822,750	2,326,285	(2,034,350)	10,114,685

O saldo da rubrica “Transferência da carteira vida risco” corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros vida risco anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método Traditional Embedded Value (value of the in force business), utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma revisão ao valor recuperável deste ativo, concluindo pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas.

O teste de imparidade foi efetuado com base na expectativa atual dos fluxos de caixa futuros associados às apólices transferidas, considerando pressupostos consistentes com a evolução do portfolio e as condições de mercado atuais.

O saldo remanescente será amortizado como segue:

	Euros					
	2016	2017	2018	2019	2020	Após
Transferência da carteira vida risco - Amortização estimada	1,257,000	1,083,000	845,000	643,000	625,000	3,172,000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do software em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade.

A rubrica de Software em curso de desenvolvimento diz respeito a investimento acumulado efetuado no desenvolvimento de uma nova plataforma informática que visa uma melhoria significativa nos processos de contratação de produtos, e na forma de ‘relacionamento’ entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia.

Esta nova plataforma entrará em funcionamento de forma faseada, prevendo-se a entrada em funcionamento dos primeiros módulos no 1º semestre de 2016.

Considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos. Durante o exercício de 2015 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

A rubrica despesas com aplicações informáticas corresponde, a custos com a aquisição e implementação do software operacional de seguros utilizado pela Companhia, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

19. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Seguro direto	Resseguro cedido	2015	Seguro direto	Resseguro cedido	2014
Provisão matemática do Ramo Vida	38,244,410	(15,020,941)	23,223,469	34,071,654	(15,848,694)	18,222,960
Provisão para sinistros	2,900,113	(923,961)	1,976,152	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	-	(246,297)	(246,297)	-	-	-
Total de provisões técnicas	41,144,522	(16,191,198)	24,953,324	34,071,654	(15,848,694)	18,222,960

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede à zillmerização das provisões matemáticas em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões matemáticas de seguro direto e resseguro cedido desagregam-se como segue:

	Provisão não zilmerizada	Custos de aquisição diferidos	2015	Provisão não zilmerizada	Custos de aquisição diferidos	2014
Seguro direto	55,099,628	(16,855,218)	38,244,410	42,641,194	(8,569,540)	34,071,654
Resseguro cedido	(19,244,800)	4,223,859	(15,020,941)	(19,255,288)	3,406,593	(15,848,694)
Provisão matemática líquida de resseguro	35,854,828	(12,631,359)	23,223,469	23,385,906	(5,162,947)	18,222,960

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 754 milhares de Euros relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

20. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode decompôr-se como se segue:

	2015	2014
Contas a receber por operações de seguro direto	824,363	-
Contas a receber por operações de resseguro	-	-
Contas a receber por outras operações	102,067	1,332,239
	926,430	1,332,239
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	(110,170)	-
Total	816,260	1,332,239

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado essencialmente o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 787 milhares de Euros.

21. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2015 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, no entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são analisados como se segue:

Euros						
	Ativos	Passivos	2015	Ativos	Passivos	2015
Impostos correntes						
IRC a pagar	-	1,017,956	(1,017,956)	-	-	-
Retenção de imposto na fonte	-	17,319	(17,319)	-	-	-
IVA a pagar	-	23,472	(23,472)	-	-	-
INEM	-	124,751	(124,751)	-	-	-
Taxa para o ISP	-	13,293	(13,293)	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	20,951	(20,951)	-	-	-
Total	-	1,217,743	(1,217,743)	-	-	-

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2015 e 2014, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados da seguinte forma:

Euros						
	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2015	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2014
Ativos / (passivos) por impostos diferidos						
Reserva de justo valor	72,884	-	72,884	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	2,078	2,078	-	-	-
Total	72,884	2,078	74,962	-	-	-

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

Euros		
	2015	2014
Resultado antes de impostos	4,052,891	-
Gasto de imposto nominal (24,4%)	(988,487)	-
Gasto de imposto efectivo	(1,015,879)	-
Taxa efectiva de imposto	25.1%	-
Diferença	(27,391)	-
Tributação autónoma	(39,829)	-
Benefícios fiscais	12,001	-
Outros	437	-
Diferença	(27,391)	-

22. Acréscimos e diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisada como se segue:

	Euros	
	2015	2014
Ativo		
Gastos diferidos	48,988	-
Total acréscimos e diferimentos ativos	48,988	-
Passivo		
Acréscimo de gastos		
Remunerações e respetivos encargos a liquidar	(311,781)	-
Outros acréscimos de gastos	(762,560)	-
Total acréscimos e diferimentos passivos	(1,074,341)	-
Total	(1,025,353)	-

A rubrica de Remunerações e respetivos encargos a liquidar inclui os montantes de 114 milhares de Euros relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício, bem como 174 milhares Euros de estimativa de bónus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui essencialmente gastos de aquisição e de exploração incorridos e ainda não liquidados.

23. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica diz respeito integralmente a depósitos recebidos de resseguradores no âmbito dos tratados de resseguro celebrados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, foi transferida para a Companhia a posição contratual da Santander Totta Seguros nos contratos de resseguro com a General Re, Partner Re, Swiss Re e Munich Re, os quais preveem uma retenção calculada numa base trimestral, do valor correspondente à soma da provisão relativa aos prémios cedidos e não adquiridos. Tal retenção vence juros à taxa de 4% ao ano, considerando o número de dias efetivos reais (ACT/ACT).

Em 31 de dezembro de 2015, essa retenção ascende a 4,6 milhões Euros (2014: 6,6 milhões de Euros).

Em 31 de dezembro de 2015, este saldo inclui ainda as retenções dos restantes tratados de resseguro, no montante de 8,6 milhões de Euros (2014: 7,1 milhões de Euros), as quais não vencem juros.

24. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisado como se segue:

	Euros	
	2015	2014
Contas a pagar por operações de seguro direto	6,886,734	-
Contas a pagar por operações de resseguro	2,375,644	-
Contas a pagar por outras operações	469,779	522,750
Total	9,732,157	522,750

A rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 6,8 milhões de Euros a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro.

25. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	Euros	
	2015	2014
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	3,037,013	-
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7,500,000	-
Total	0.40	-

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence aos Acionistas, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

	Euros	
	2015	2014
Ativos disponíveis para venda		
Varição de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	172,560	-
De outros emissores públicos	45,661	-
De outros emissores	(521,906)	-
Saldo da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	(303,684)	-

Ver adicionalmente a Nota 16.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 21.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica de outras reservas ascende a 9,3 milhões de Euros e corresponde ao prémio de emissão (Nota 1). Este prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela transferência da carteira de apólices de seguro vida risco.

Nos termos da Portaria n.º 408 / 99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

26. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia comercializa Seguros de Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire ainda alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu, em 2015, como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

	Euros		
	Proveitos / (custos)	Outros Ativos	Saldos a receber / (a pagar)
Banco Santander Totta, S.A.			
Comissões de mediação	(25,572,552)	-	(6,755,774)
Depósitos à Ordem	-	-	9,653,622
Rendas de imóveis	(38,437)	-	-
Outros	(150,179)	-	-
ISBAN - Ingenieria de Software Bancario, S.L.			
Suporte tecnológico	(167,393)	-	(13,949)
Desenvolvimento de software	-	435,653	66,298
Produban Servicios Informáticos Generales S.L.			
Serviços informáticos	(368,211)	-	-
Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)			
Serviços administrativos e de exploração	(923,632)	-	(86,308)
Suporte tecnológico	(222,646)	-	(18,554)
Desenvolvimento de software	-	1,010,000	(37,500)
Santander Totta Seguros, S.A.			
Outras operações	-	-	49,700
Total	(27,443,050)	1,445,653	2,857,535

27. Gestão de Riscos da Atividade

Com o objetivo de promover uma gestão sã e prudente da atividade e, de modo a dar cumprimento aos normativos regulamentares e requisitos legais, a Companhia implementou na sua estrutura funções que têm como objetivo a identificação, avaliação e monitorização do risco subjacente à exploração da atividade, permitindo aos Órgãos de Administração e às várias Direções envolvidas incorporar esta informação na sua tomada de decisões.

Na implementação do seu sistema de gestão de risco, a Aegon Santander Portugal Vida adotou o modelo das três linhas de defesa:

- A primeira linha de defesa é assegurada pelas unidades operacionais, sendo estas as primeiras responsáveis pela avaliação dos riscos e pela implementação de medidas corretivas;
- A segunda linha de defesa diz respeito a áreas específicas de gestão de risco, conformidade e atuarial, que têm como principais funções facilitar o desenvolvimento de uma framework de gestão de risco e monitorizar se os processos estão a ser devidamente operacionalizados pela primeira linha de defesa;
- A terceira linha de defesa será assegurada pela função de auditoria interna, que tem como objetivo avaliar a efetividade do modelo de governo, da framework de gestão de risco e dos controlos internos implementados, sendo independente das primeiras linhas de defesa.

Neste processo de implementação do ciclo de gestão de riscos, têm um papel relevante a Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno e a Direção de Qualidade e Compliance.

A Direção de Gestão de Riscos e Controlo Interno tem como principais funções:

- Promover a implementação de um sistema de governação que assegure uma tomada de decisão adequadamente fundamentada e que inclui a implementação de funções chave, a verificação de requisitos de competência e idoneidade e, para os casos previstos, o registo junto do Supervisor;
- Desenvolvimento e disponibilização de informação que ajude a suportar a tomada de decisões, destacando-se a preparação de informação a analisar em sede de Comité de Risco;
- Implementação e gestão do Sistema de Gestão de Risco Operacional bem como do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolver, implementar e atualizar os modelos, ferramentas e relatórios de suporte à tomada de decisão do Órgão de Administração, com base no perfil de risco da Companhia, através da definição do apetite ao risco, tolerância, limites e sistemas de alerta e monitorização dos diversos tipos de risco;
- Definição das diversas políticas de risco, destacando-se as políticas de subscrição, tarifação, resseguro e investimento;
- Coordenação da implementação dos requisitos da Diretiva de Solvência II, incluindo o cálculo dos requisitos de capital, elaboração de exercício ORSA e envio de reportes ao Supervisor;
- Implementação do Plano de Continuidade de Negócio.

No que respeita ao Compliance, a Direção de Qualidade e Compliance, integra as seguintes funções:

- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as ações a desempenhar pelas Companhias, de modo a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação da informação legal aos clientes, e dos materiais de comunicação;
- Implementar e gerir o código de conduta da Companhia;
- Assegurar ações de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas;
- Identificação e monitorização do risco de fraude interna e fraude externa, interagindo também com a Associação Portuguesa de Seguradores;
- Ao nível da segurança Financeira é responsável pelo cumprimento de requisitos legais referentes à prevenção do branqueamento de capitais e luta contra o terrorismo financeiro.

A Aegon Santander Portugal Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

A. Risco específico de seguro

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento em que estes ocorrerão.

Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, mortalidade e risco de invalidez, designados riscos biométricos, e também no risco de despesas, no risco de descontinuidade e no risco de catástrofe. A Companhia gere o risco específico de seguros através da combinação de políticas de subscrição, de tarifação, de provisionamento e de resseguro.

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

A adequação da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows enquanto a rentabilidade de cada produto ou de grupos de produtos é monitorizada anualmente. Existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente considerada.

No que respeita ao provisionamento, a Companhia dispõe de uma política que tem por objetivo a constituição de provisões adequadas e suficientes que lhe permitam cumprir todas as responsabilidades futuras. De acordo com a tipologia dos produtos, a Companhia constitui provisões tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos. A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos cash-flows futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Sendo o principal objetivo do resseguro mitigar e limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro, a Companhia celebra tratados de resseguro por forma a limitar o risco de acumulação de sinistros no caso de se verificar um aumento da sinistralidade no conjunto da carteira, apesar das exposições individuais estarem dentro dos limites internos definidos.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro é resumida como se segue:

NOME TRATADO	Tipo de tratado	Retenção	Capacidade
Vida Risco 2015	Proporcional Surplus	45,000 €	2,000,000 €
Vida Risco CAT	Não Proporcional Excess of Loss	135,000 €	10,000,000 €
Vida Risco 2014	Proporcional Quota-Share	69%	362,319 €
Vida Risco 2014 Facultativo	Proporcional Surplus Facultativo	362,319 €	2,500,000 €
Desemprego	Proporcional Quota-Share	0%	20,400 €
Doenças graves	Proporcional Quota-Share	0%	1,000,000 €

De referir que os tratados designados Vida Risco 2014 são aplicáveis às apólices adquiridas aquando da constituição da Companhia (emitidas até 31 de dezembro de 2014). Os tratados de desemprego e doenças graves dizem respeito às coberturas complementares integradas nos produtos de vida.

Riscos biométricos

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes do facto de as pessoas seguras viverem mais anos. Considerando o tipo de produtos em carteira, considera-se que a Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

Porém, o risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade, que terá um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é monitorizado e mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade e do resseguro. A avaliação da exposição da Companhia a este risco é efetuada através da realização de estudos de mortalidade, nos quais são definidos os pressupostos a utilizar nas projeções de cash-flows futuros. Os estudos realizados são baseados na observação de dados da carteira e de dados de mercado.

As tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95, com taxas técnicas entre os 0% e os 4%, dependendo da tipologia do produto.

Por último, no que diz ao respeito ao risco de invalidez, que cobre a incerteza das perdas devido ao facto das taxas de invalidez serem superiores às esperadas, a Companhia gere-o à semelhança do que é efetuado para o risco de mortalidade, isto é, através da política de subscrição, da revisão regular dos pressupostos de invalidez e da subscrição de tratados de resseguro.

Risco de despesas

O risco de despesas representa o risco associado a variações nas despesas da Companhia. A Companhia tem definida uma estrutura de custos que é utilizada na tarifação dos produtos. A estrutura de custos é acompanhada regularmente, sendo realizadas análises de sensibilidade à variação das despesas.

Risco de descontinuidade

Por sua vez, o risco de descontinuidade que está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e de anulação das apólices, a Companhia monitoriza a evolução da taxa de anulação, acompanhando assim o impacto resultante das anulações no valor da carteira. Para aferir o nível de exposição a este risco, são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de anulação estimada.

Risco de catástrofe

É o risco de perdas devido a um acréscimo ou decréscimo dos diferentes fatores biométricos considerados ao nível do risco específico de seguro, por um curto período de tempo, devido a um evento de contágio.

Como medida de mitigação deste risco, a Companhia dispõe de tratados de resseguro que preveem estes eventos.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro referentes às coberturas de mortalidade e de invalidez:

		Euros
		2015
Mortalidade	Aumento de 5% nos custos com sinistros líquidos de resseguro	(27,679)
Invalidez	Aumento de 5% nos custos com sinistros líquidos de resseguro	(13,665)
		(41,344)

As sensibilidades apresentadas são aplicadas diretamente no valor do resultado antes de impostos, assumindo um efeito linear no seu valor.

Considerando as características dos produtos em comercialização, a Companhia identificou também riscos relacionados com as coberturas complementares de desemprego e doenças graves. Estas coberturas encontram-se resseguradas a 100%, não representando risco para a Companhia.

B. Risco de mercado

O risco de mercado representa o risco de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações do mercado de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário.

Neste risco, incluem-se os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco Acionista, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de spread e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política de Investimentos aprovada na Companhia e que se encontra devidamente formalizada em documento próprio, pautando-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros. De acordo com a Política de Investimentos definida, a Companhia não se encontra exposta às primeiras quatro subcategorias de risco mencionadas.

O Comité de Risco implementado na Companhia integra nas suas responsabilidades a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco e a verificação da conformidade das decisões tomadas, monitorizando a atividade de investimentos e a evolução da carteira de ativos, bem como o nível dos diversos riscos e a definição e implementação de ações de mitigação.

A 31 de dezembro de 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, segue o definido na IFRS 13, de acordo com a qual os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

	Valor Total de Mercado			Valor Total de Mercado	Valor de Balanço
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	46,801,909	-	2,086,656	48,888,565	48,888,565

A reconciliação dos ativos financeiros disponíveis para venda classificados com o Nível 3 é como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Compras	Amortização à taxa efetiva	Valias por reservas	Reembolsos	Juro decorrido	Saldo em 31/12/2015
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2,202,875	2,359	(2,441)	(117,939)	1,802	2,086,656

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Todos os ativos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

Risco Acionista

Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado de capitais. Como referido anteriormente e de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. À semelhança dos anteriores riscos, a Companhia também não se encontra exposta a este tipo de risco, uma vez que a sua Política de Investimentos não prevê investimento em imóveis.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos, encontra-se sobretudo nas obrigações, em especial nas que pagam cupões com base em taxas variáveis. Por sua vez, a estrutura de passivos da Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia.

A 31 de dezembro de 2015 a exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como se segue:

Ativo	Exposição a:			Euros	
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Não exposição ao risco de taxa de juro	Total	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			9,653,704	9,653,704	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			100	100	
Ativos financeiros disponíveis para venda	39,893,682	8,994,883	-	48,888,565	
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			816,260	816,260	
Total	39,893,682	8,994,883	10,470,064	59,358,629	
Passivo					
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores			13,142,900	13,142,900	
Outros credores por operações de seguros e outras operações					
Contas a pagar por operações de seguro direto			6,886,734	6,886,734	
Contas a pagar por operações de resseguro			2,375,644	2,375,644	
Contas a pagar por outras operações			469,779	469,779	
Total			22,875,057	22,875,057	

No quadro seguinte apresentam-se as sensibilidades dos ativos financeiros a alterações nas taxas de juro:

	Euros						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos financeiros disponíveis para venda	49,886,291	49,382,389	49,134,236	48,888,565	48,645,338	48,404,520	47,929,966
Impacto	997,726	493,824	245,671	-	(243,227)	(484,045)	(958,599)

Risco de spread

Esta subcategoria de risco refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os spreads de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Risco de concentração

O risco de concentração, que se refere à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor, surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas. Tratando-se de um risco plenamente diversificável, a gestão deste risco está definida na Política de Investimentos, onde se estabelecem os limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes.

A diversificação dos ativos financeiros por sectores de atividade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 encontra-se apresentada da seguinte forma:

	Euros	
SETOR DE ATIVIDADE	Valor de Balanço	Peso (%)
Financeiro	17,434,180	35.66%
Governamental	13,673,763	27.97%
Multinacional	4,789,394	9.80%
Consumer, Non-cyclical	3,085,703	6.31%
Utilities	3,096,110	6.33%
Comunicações	2,812,179	5.75%
Consumer, Cyclical	1,511,111	3.09%
Asset backed securities	580,747	1.19%
Energia	533,829	1.09%
Materiais básicos	869,422	1.78%
Tecnologia	502,127	1.03%
	48,888,565	100.00%

C. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que, para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia monitoriza detalhadamente as suas responsabilidades de tesouraria, ajustado regularmente as suas necessidades / excedentes de capital.

A análise de maturidade dos ativos e passivos financeiros a 31 de dezembro de 2015 apresenta-se no seguinte quadro:

							Euros
Ativo	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9,653,704	-	-	-	-	-	9,653,704
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	19,512,160	16,664,010	12,712,395	-	48,888,565
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	816,260	-	-	-	-	-	816,260
Total	10,962,558	-	19,512,160	16,664,010	12,712,395	100	59,358,629
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	13,142,900	-	-	-	-	-	13,142,900
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro direto	6,886,734	-	-	-	-	-	6,886,734
Contas a pagar por operações de resseguro	2,375,644	-	-	-	-	-	2,375,644
Contas a pagar por outras operações	469,779	-	-	-	-	-	469,779
Total	22,875,057	-	-	-	-	-	22,875,057

O valor dos depósitos recebidos de resseguradores, foram considerados com maturidade até 3 meses, dado que os mesmos são recalculados numa base trimestral. Ver Nota 23.

D. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes. Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguradores.

A política de investimentos tem como objetivo evitar uma concentração excessiva em determinadas contrapartes, sendo que para tal se definem limites de exposição máxima por emissor e para conjuntos de emissões com rating inferior a um determinado nível e de exposição mínima por classe de rating.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os ratings e é efetuada periodicamente a análise da evolução dos mesmos ao longo do ano.

O quadro abaixo apresenta a exposição da Companhia ao risco de crédito, por rating do emitente, em 31 de dezembro de 2015:

							Euros
	AAA	AA	A	BBB	BB	B Sem rating	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	9,653,704	-	-	-	9,653,704
Ativos financeiros disponíveis para venda	12,563,696	6,203,529	20,741,192	4,089,290	5,290,859	-	48,888,565
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	816,260	816,260
	12,563,696	6,203,529	30,394,896	4,089,290	5,290,859	-	59,358,529

Nos quadros seguintes ilustra-se o rating atribuído a cada um dos resseguradores e a sua participação nos tratados de resseguro:

RESSEGURADOR	Rating			
	A.M. Best	S&P	Moody's	Fitch
Genworth	-	A-	-	-
Axa	-	A-	-	-
RGA	-	AA-	-	-
MunichRe	A+	AA-	Aa3	AA
GenRe	A++	AA+	Aa1	-
PartnerRe	A+	A-	A1	A+
SwissRe	A+	AA-	Aa3	-
SCOR Life	A	AA-	A1	AA-
Nacional	A-	A-	-	-
Mapfre	A	A	-	-

RESSEGURADOR	Participação					
	Desemprego	Doenças Graves	Vida Risco 2014	Vida Risco 2014 Fac	Vida Risco 2015	Vida Risco CAT
Genworth	51%	-	-	-	-	-
Axa	24.50%	-	-	-	-	-
RGA	24.50%	-	-	-	20%	50%
MunichRe	-	100%	5.89%	-	35%	-
GenRe	-	-	49.68%	100%	-	50%
PartnerRe	-	-	28.21%	-	-	-
SwissRe	-	-	16.22%	-	-	-
SCOR Life	-	-	-	-	20%	-
Nacional	-	-	-	-	15%	-
Mapfre	-	-	-	-	10%	-
	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Em 31 de dezembro de 2015, a exposição à dívida pública por país é analisada do seguinte modo:

EMITENTE	Euros	
	Valor de Balanço	Peso (%)
Holanda	6,671,222	48.79%
Espanha	608,603	4.45%
Portugal	5,290,859	38.69%
Alemanha	1,103,080	8.07%
	13,673,763	100.00%

Adicionalmente a Companhia dispõe de títulos emitidos pelo European Investment Bank, cujo valor se encontra no quadro seguinte:

Euros	
	Valor de Balanço
Outros Emissores Públicos - EIB	4,789,394

E. Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e os sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

No âmbito do Sistema de Controlo Interno pretende-se mitigar e controlar os riscos atrás mencionados, embora com um maior grau de granularidade. Neste sentido, foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

A implementação do sistema de controlo interno da Aegon Santander Portugal Vida integra as seguintes fases:

- Identificação dos processos e subprocessos da Companhia;
- Identificação do owner de cada processo (um processo pode ser transversal a várias áreas operacionais);
- Documentação das atividades para cada processo;
- Relativamente a cada atividade, avaliação do risco bruto, com base na probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;
- Identificação e documentação dos controlos que permitem mitigar os riscos identificados;
- Avaliação do desenho dos controlos e realização de testes de efetividade;
- Sempre que se justifique, emissão de recomendações de melhoria.

Para operacionalização desta metodologia, foi desenvolvida uma ferramenta que permite que, trimestralmente, o responsável por cada processo reporte a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetue a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente esta informação é analisada pela área de controlo interno, são produzidos relatórios e, caso se justifique, são emitidas recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados.

A Companhia dispõe ainda de um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorram no futuro.

Integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, para além de algumas mencionadas anteriormente, destacam-se as seguintes:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita.

F. Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, Acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco uma preocupação presente.

Apresentam-se algumas medidas em implementação que permitirão mitigar este risco:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e de utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com o exterior, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de Advogados, no sentido de assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação de uma política de proteção de dados;
- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais.

G. Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

28. Solvência

A Companhia encontra-se sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar 6/2007-R, alterada pelas Normas Regulamentares 12/2008-R e 4/2011-R emitidas pelo ISP. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com as normas do ISP.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

No quadro a seguir apresenta-se o resumo da margem de solvência exigida:

	Euros	
	2015	2014
Margem de Solvência		
Capital	7,500,000	7,500,000
Reservas de reavaliação	(303,64)	-
Reservas por impostos diferidos	72,884	-
Outras reservas	9,300,000	9,300,000
Resultados transitados	-	-
Resultados do exercício	3,037,013	-
Valor de balanço	19,606,213	16,800,000
Margem de Solvência disponível	9,941,528	6,977,250
Margem de Solvência necessária	7,347,737	5,597,047
Cobertura	129%	125%

A Companhia encontra-se a desenvolver o processo respeitante à implementação do regime de Solvência II, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016. É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital através do regime de Solvência II em 1 de janeiro de 2016.

29. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Anexo I

Euros

Identificação dos Títulos		Quantidade/ Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
Código	Designação				Unitário (inclui juros decorridos)	Total
Títulos nacionais						
Dívida pública						
	Portugal 4,45% 15/06/2018 (8006)	2,050,000	2,242,915	110	2,312,021	2,312,021
	Portugal 4,95% 25/10/2023 (6756)	500,000	630,708	120	603,601	603,601
	Portugal 4,80% 15/06/2020 (6779)	2,000,000	2,290,098	116	2,375,237	2,375,237
Outros emissores						
	Mtge Volta Elect 1,99% 12/02/2019 (8373)	582,061	582,061	100	580,747	580,747
Títulos estrangeiros						
Ações						
	Participación Aegon Aie	100	100	100	100	100
Dívida pública						
	España 3,75% 31/10/2018 (8116)	550,000	598,568	110	608,603	608,603
	Holanda 1,75% 15/07/2023 (8406)	5,000,000	5,397,363	110	5,531,503	5,531,503
	Alemania 1,5% 15/02/2023 (8419)	1,000,000	1,063,830	109	1,103,080	1,103,080
	Holanda 2,25% 15/07/2022 (8420)	1,000,000	1,104,055	113	1,139,719	1,139,719
Outros emissores públicos						
	Eib 1,375% 15/09/2020 (8460)	4,500,000	4,725,644	106	4,789,394	4,789,394
Outros emissores						
	Bmw 1,5% 05/06/2018 (8376)	500,000	513,849	103	517,383	517,383
	Bpce 4,90% 02/11/2019 (6910)	600,000	694,763	115	692,133	692,133
	Repsol 3,625% 07/10/2021 (8235)	500,000	567,756	106	533,829	533,829
	Nat Australia Bank 4,625% 2020 (6687)	1,500,000	1,730,025	113	1,756,102	1,756,102
	Flo - Morgan Stanley 19/11/2019 (8295)	3,500,000	3,515,301	100	3,511,097	3,511,097
	Goldman Sachs 2.5% 18/10/2021 (8375)	2,000,000	2,168,918	106	2,134,689	2,134,689
	Credit Agricole 0% 02/02/2018 (8379)	1,000,000	1,250,130	125	1,245,759	1,245,759
	Metlife 4,625% 16/05/2017 (8423)	2,000,000	2,117,805	106	2,178,436	2,178,436
	Nomura 4,00% 16/02/2017 (7020)	250,000	255,104	104	260,151	260,151
	Cargill 1,875% 04/09/2019 (7551)	1,000,000	1,053,495	105	1,056,395	1,056,395
	Nordea Bank 4,5% 26/03/2020 (7826)	1,000,000	1,150,469	113	1,165,756	1,165,756
	America Movil 4,125% 25/10/2019 (7869)	1,500,000	1,704,823	112	1,689,887	1,689,887
	Edf 3,875% 18/01/2022 (8180)	1,500,000	1,764,660	117	1,803,059	1,803,059
	Flo - Bmw 20/04/2018 (8387)	1,000,000	1,000,000	99	993,728	993,728
	Coca Cola 1,125% 22/09/2022 (8400)	2,000,000	2,064,681	101	2,029,308	2,029,308
	Apple 1% 10/11/2022 (8401)	500,000	513,915	100	502,127	502,127
	Optus 3,50% 15/09/2020 (6823)	1,000,000	1,130,090	111	1,122,292	1,122,292
	Vattenfall 6,25% 17/03/2021 (6873)	1,000,000	1,277,694	124	1,293,051	1,293,051
	Glencore 2,625% 19/11/2018 (7622)	1,000,000	1,046,629	87	869,422	869,422
	Flo - Goldman Sachs 29/10/2019 (8362)	1,500,000	1,508,631	100	1,499,711	1,499,711
	Flo - Citigroup 11/11/2019 (8363)	1,500,000	1,504,627	100	1,496,689	1,496,689
	Flo-Common. Bank Aust 21/01/2020 (8351)	1,500,000	1,504,230	100	1,493,659	1,493,659



02B

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da **Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia)**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2015.
2. Tendo a Companhia iniciado a atividade operacional em 31 de dezembro de 2014, o exercício em análise corresponde ao primeiro de exploração plena, pelo que a comparabilidade das demonstrações financeiras face ao ano anterior fica naturalmente prejudicada.
3. No quadro das suas competências, o Conselho Fiscal acompanhou as operações de arranque da atividade da Companhia, a qual teve como base a carteira de seguros de vida risco adquirida à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e acompanhou a gestão e a evolução dos seus negócios ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos que manteve com os seus responsáveis, tendo obtido todos os esclarecimentos solicitados.
4. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo detetado situações de incumprimento, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira e acompanhado a aplicação do sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno.
5. O Conselho Fiscal acompanhou a forma como se desenvolveu a revisão legal das contas, considerando que a mesma foi realizada com total independência e apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da **Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2015, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Alterações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.
7. O Conselho Fiscal salienta a empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.**, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2015;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 30 de Março de 2016

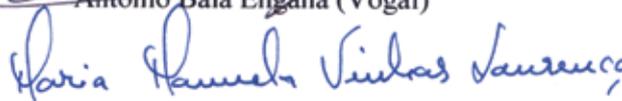
O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



António Baia Engana (Vogal)



Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)



O2C

Certificação Legal
de Contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 85.917.877 euros e um total de capital próprio de 19.606.213 euros, incluindo um resultado líquido de 3.037.013 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações do capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

30 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



Rua da Mesquita, nº 6
1070-238 Lisboa
Tel.: 21 780 73 69